



O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes

Gigi Roggero

Capitalismo cognitivo. A financeirização, em crise, é a sua forma econômica real

Carlo Vercellone

A crise e os contornos de um “socialismo totalitário do capital”

Yann Moulier Boutang

“O sistema financeiro de mercado é como o sismógrafo desta crise”

E mais:

>> **Moniz Bandeira:**

América Latina: mudanças políticas não são viáveis como outrora

>> **Massimo Pampolini:**

Divina Comédia. A relação entre poesia e Deus

O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes



“A financeirização - longe de contrapor-se à economia ‘real’ - é a forma da economia capitalista capaz de comandar o trabalho cognitivo e a produção do saber vivo”, constata **Gigi Roggero**, economista italiano, em entrevista publicada nesta edição da IHU On-Line.

Desde que emergiu a maior crise do capitalismo desde 1929, esta revista dedicou quatro edições para a sua discussão e debate. Assim, a crise foi debatida desde um ponto de vista mais keynesiano e depois, sob um ponto de vista mais marxiano. Também discutimos os impactos da crise no mundo do trabalho e no ambiente.

Nesta edição buscamos compreender como “a financeirização é uma forma adequada e perversa de um sistema que se reproduz na captura do comum”.

“Comum” aqui entendido como algo que não existe *in natura*, mas “que é continuamente produzido pela cooperação do trabalho/saber vivo. E o comum tem um duplo estatuto: é prática cooperativa de liberdade e igualdade, mas é também aquilo que é continuamente desfrutado pelo capital”.

Para retomar, como o faz, **Carlo Vercellone**, economista, uma formulação de Gramsci, a crise atual é “uma grande crise, um momento trágico, no qual o antigo morre, o novo não chega a ver a luz do dia, e nesse claro-obsuro surgem os monstros. Mas, se nada será como antes, é preciso admitir a dificuldade de definir com precisão os cenários de uma eventual saída da crise”.

Além dos dois economistas supracitados, contribuem no debate **Christian Marazzi**, autor do clássico *O lugar das meias. A virada linguística da economia e seus efeitos na política*, que acaba, finalmente, de ser traduzido para o português, **Yann Moulier Boutang**, redator-chefe da revista *Multitudes* e **Giuseppe Cocco**, professor da UFRJ.

Com a tradução de Francisco Taborda, professor da FAJE, Belo Horizonte, completam esta edição uma entrevista com o jesuíta italiano **Massimo Pampolini**, tendo como tema a poesia de Dante Alighieri como exemplo de obra literária que propõe o contato com o Divino, e uma análise da conjuntura política internacional e latino-americana feita por **Luiz Alberto Moniz Bandeira**.

A todas e todos uma ótima semana e uma excelente leitura!

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | **Gigi Roggero:** Capitalismo cognitivo. A financeirização, em crise, é a sua forma econômica real

PÁGINA 10 | **Christian Marazzi:** Biocapitalismo. A vida no centro do crescimento econômico

PÁGINA 12 | **Carlo Vercellone:** A crise e os contornos de um “socialismo totalitário do capital”

PÁGINA 18 | **Giuseppe Cocco:** Horizontes da crise: nova globalização e trabalho sem emprego

PÁGINA 25 | **Yann Moulier Boutang:** “O sistema financeiro de mercado é como o sismógrafo desta crise”

B. Destaques da semana

» Entrevista da Semana

PÁGINA 34 | **Luiz Alberto Moniz Bandeira:** América Latina: mudanças políticas não são viáveis como outrora

» Teologia Pública

PÁGINA 37 | **Massimo Pampolini:** *Divina Comédia*. A relação entre poesia e Deus

» Destaques On-Line

PÁGINA 43 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» IHU Repórter

PÁGINA 46 | **Bruno Lima Rocha**



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

Capitalismo cognitivo. A financeirização, em crise, é a sua forma econômica real

Na visão de Gigi Roggero, a financeirização constitui a forma econômica real da produção e está conexas às transformações produtivas e do trabalho das últimas décadas, o que ele entende como a afirmação de um “capitalismo cognitivo”

POR GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

A crise “longe de estar confinada a uma fase descendente do ciclo e de preparar uma nova expansão, ou então, ao tornar-se impulsionadora de uma dinâmica de crescimento, não é mais somente um dado estrutural do desenvolvimento capitalista, mas se torna seu elemento permanente e insuperável”. A opinião é do professor e economista Gigi Roggero. Na entrevista que concedeu por e-mail à IHU On-Line ele defende que “a financeirização – longe de contrapor-se à economia ‘real’ – é a forma da economia capitalista apta para exercer o comando sobre o trabalho cognitivo e sobre a produção do saber vivo”. Ao analisar a crise financeira mundial, Roggero considera que “a salvação dos bancos por parte do Estado só demonstra aquilo que sustentamos até agora, ou seja, a íntima articulação do público e do privado no desenvolvimento capitalista”. Segundo ele, “a crise é, de fato, um processo profundamente ambivalente, no qual convivem extraordinárias oportunidades e inquietantes riscos, instâncias de transformação e lutas sociais com crescentes formas de racismo e reação”.

Gigi Roggero é formado em História Contemporânea pela Università degli Studi di Torino. É coautor de *Futuro Anteriore. Dai “Quaderni Rossi” ai movimenti globali: ricchezze e limiti dell’operaismo italiano* (Roma: DeriveApprodi, 2002). Trabalha no campo da pesquisa social. É doutorando no Departamento de Sociologia e Ciência Política da Università della Calabria. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que muda no processo econômico mundial com a crise financeira internacional?

Gigi Roggero - Partamos da definição: estamos dentro de uma *crise econômica global*, certamente a maior após 1929. Isso significa, de um lado, que o mundo se tornou um só, que lá onde as coordenadas espaço-temporais se tornam globais é impossível pensar em crises locais circunscritas e independentes; e de outro, que a crise financeira é imediata à crise econômica. Ou melhor, que estourou completamente a dicotomia - ainda cara a muitas esquerdas - de economia real *versus* economia financeira. Hoje nossas vidas estão inteiramente no processo de financeirização: quando usamos o cartão de crédito ou o cheque especial, quando recorremos a emprésti-

“A crise financeira é imediata à crise econômica”

mos para ter acesso a necessidades fundamentais (casa, formação, mobilidade, e principalmente a saúde), quando uma parte dos salários é paga em *stock option*¹ ou as pensões se tornam fundos de investimentos.

Para a economia clássica e moderna, a financeirização e a crise intervêm no final do ciclo, após a expansão da economia real ligada à afirmação

¹ Stock option é um mecanismo jurídico contemplado por um ou mais contratos celebrados entre a empresa (ou seu agente fiduciário, que é uma espécie bem particular de representante) e o executivo, tendo por objeto garantir que este último, cumpridas determinadas condições vinculadas ao alcance de determinadas metas ou o transcurso de certo período de tempo, possa adquirir um percentual do capital da empresa a um preço pré-determinado. (Nota da IHU On-Line)

de um modelo produtivo. Hoje, a financeirização não só recobre o ciclo econômico inteiro, mas põe em discussão a própria categoria de ciclo. Esta categoria era ligada a períodos médios e longos de algumas décadas. Agora, pensamos somente na última dezena de anos: tivemos o desmoronamento dos mercados do Sudeste Asiático em 1997, o do índice Nasdaq e da *new economy* em 2000, a crise do sistema do débito e dos *subprime*, desde 2007. Ou então, o acontecimento de crises econômico-financeiras de âmbito mundial em períodos totalmente breves, a ponto de tornar impossível reconstruir, mesmo que somente *a posteriori*, a dinâmica cíclica. A crise, longe de estar

confinada a uma fase descendente do ciclo e de preparar uma nova expansão, tornando-se impulsionadora de uma dinâmica de crescimento, não é mais somente um dado estrutural do desenvolvimento capitalista, mas torna-se seu elemento permanente e insuperável.

IHU On-Line - Quais as principais transformações que a crise internacional tem provocado no mundo do trabalho?

Gigi Roggero - Inverterei o ponto de vista: a questão é, então, de que forma o trabalho determinou a crise global? A financeirização não é, de fato, um processo externo à produção: constitui, ao contrário, sua forma econômica real. É, portanto, estreitamente conexa às transformações produtivas e do trabalho das últimas décadas, que internamente na Universidade Nômade definimos como o afirmar-se de um “capitalismo cognitivo” - categoria que usamos como conceito explorador e amparo político, embora não como postulado. É bom esclarecer: quando falamos de cognição do trabalho, não entendemos a intelectualização linear da força de trabalho como uma dinâmica progressiva que conduzirá objetivamente à libertação do capitalismo ao desaparecimento do trabalho industrial. A cognição é, em vez disso, um processo de transformação complexa, filigrana de “iluminação geral” por meio da qual se pode ler toda a composição do trabalho e os novos processos de hierarquização. Não é, realmente, a mesma coisa trabalhar numa fábrica ou num centro de pesquisa universitário. Todavia, é comum a linha em torno da qual se organiza a nova divisão cognitiva do trabalho, ou seja, a finalização à produção de saberes, à inovação permanente e à valorização do desenvolvimento tecnológico. Nas novas coordenadas espaço-temporais globais, também a clássica imagem da divisão internacional do trabalho - calçada na dialética entre centro e periferia - entra em crise: de São Paulo a Johannesburg, de Xangai a Berlim, de Hyderabad ao Silicon Valley se pode observar - com gradações extremamente diferentes - todo o es-

pectro das formas contemporâneas da produção e do trabalho.

Neste processo de transformação complexa, no qual os saberes se tornam, ao mesmo tempo, recurso produtivo central e meio de produção, mudam as formas de extração do mais valor (*plusvalore* - *mais valia*). Em resumo, o capital deve renunciar à tendência de organizar o ciclo produtivo num patamar hierárquico superior, para limitar-se a capturar os processos de auto-organização da cooperação social, ou então, àquilo que chamamos a produção do *comum*. Se pensarmos, para limitar-se a um exemplo conhecido, na internet, o que é a web 2.0, senão a captura capitalista de um processo cooperativo que não pode mensurar e que a excede estrutural-

“Acabou finalmente a ideia de que o socialismo tem a tarefa histórica de salvar o capitalismo de suas crises cíclicas”

mente? Poderemos, então, dizer que a financeirização - longe de contrapor-se à economia “real” - é a forma da economia capitalista apta ao comando sobre o trabalho cognitivo e sobre a produção do saber vivo. Não é por acaso que círculos próximos ao *The Economist* tenham proposto recentemente a fórmula “comunismo do capital”. É, em outros termos, a captura e a transfiguração do comum no signo da renda, entendida - marxianamente - como o poder de apropriação de uma parte crescente dos valores criados pela cooperação social sem uma intervenção direta do capital. Carlo Vercellone,² da rede Universidade Nômade, fala de um tornar-se renda do lucro. Isso significa que, diversamente de sua definição clássica, hoje a renda

comanda o trabalho.

IHU On-Line - Como a crise internacional tem sido discutida pelos membros da Universidade Nômade? Qual tem sido o senso comum?

Gigi Roggero - Um primeiro fruto importante da discussão coletiva da Universidade Nômade³ está coletado no livro organizado por Andrea Fumagalli e Sandro Mezzadra, intitulado *Crisi dell'economia globale. Mercati finanziari, lotte sociali e nuovi scenari politici* (Ombrecorte, 2009). Não estamos interessados na “batalha das ideias” ou na elaboração de análises desarticuladas pelos processos de organização. O que produzimos na Universidade Nômade é uma prática teórica. Em particular, quando os saberes se tornam um campo de batalha central na luta de classes em plano global, uma experiência como a da Universidade Nômade não pode ser pensada como uma simples rede intelectual, deve tornar-se uma instituição política autônoma e, em parte, completamente dentro dos processos de conflito, organização e transformação que analisa. Não criar senso comum, mas tornar-se lugar comum. Deste ponto de vista, não há da nossa parte nenhuma exaltação ingênua da mudança epocal que estamos vivendo. A crise é, de fato, um processo profundamente ambivalente, no qual convivem extraordinárias oportunidades e inquietantes riscos, instâncias de transformação e lutas sociais com crescentes formas de racismo e reação.

Sem dúvida, acabou finalmente a ideia de que o socialismo tem a tarefa histórica de salvar o capitalismo de suas crises cíclicas, superando dialeticamente a endêmica irracionalidade por meio de uma racionalidade superior do desenvolvimento, ou, em

³ A rede de movimentos Universidade Nômade é uma “rede de redes” composta por núcleos e grupos de pesquisa, militantes de pré-vestibulares populares, movimentos culturais, filósofos, artistas, etc. Seu objetivo é constituir uma pauta comum de discussão e debate em torno dos grandes temas ligados aos desafios da “mudança” que marcam esse início de década, em particular os relativos à universalização dos direitos e do acesso aos meios para a produção do conhecimento. Mais informações no site <http://www.universidadenomade.org.br/index.shtml> (Nota da IHU On-Line)

² Confira, nesta edição, uma entrevista exclusiva com ele. (Nota da IHU On-Line)

outros termos, encarregando-se de realizar as promessas de progresso que o capitalismo não está estruturalmente em condições de manter. Portanto, concluiu-se, felizmente, a época na qual socialismo e capitalismo se espelhavam na presumida objetividade das hierarquias do trabalho, da técnica e da produção. O “comunismo do capital” deve capturar continuamente a produção do comum. Mas o comum não é realmente a inversão dialética e especular do “comunismo do capital”. Ele é, ao mesmo tempo, a livre organização da potência do trabalho vivo, e a destruição dos dispositivos da captura capitalista. O comum não está inscrito no progresso racional da história, mas nos conflitos e nas práticas cooperativas da nova composição do trabalho global. É por isso que, na profunda ambivalência da crise, não somos guiados pelo otimismo da vontade, mas movidos pelo otimismo da razão.

IHU On-Line - Como a crise da economia global se relaciona com a crise da universidade?

Gigi Roggero - No interior do projeto transnacional edu-factory (www.edu-factory.org), falamos de uma dupla crise, para evidenciar precisamente o entrelaçamento, no plano global, entre crise econômica e crise da universidade. Esta última significa, por um lado, crise da dialética entre público e privado. A assim dita privatização da universidade, de fato, não é simplesmente a imissão de fundos privados em instituições que primeiro eram públicas nem depende do estatuto jurídico. Descreve, em vez disso, o processo da própria universidade de tornar-se privada, em seu dever de raciocinar em termos de custos e benefícios, de *input* e *output*, de lucro e renda. As agências de *rating*, por exemplo, se tornam um índice de mensuração do valor das instituições acadêmicas no mercado global da formação. A privatização da universidade, de resto, acompanha a financeirização do *welfare*. Nos Estados Unidos, o empréstimo é um canal de acesso à instrução superior. Os estudantes acumulam, assim, muitas dezenas de milhares

“O que está em crise é o estatuto epistemológico do saber e sua organização”

de dólares de débito para terminar o próprio percurso de estudos, vendo preventivamente, reduzido o próprio salário real, ou seja, antes que seu salário seja efetivamente recebido. Por outro lado, a crise da universidade significa o fim da universidade moderna como lugar de construção da cultura nacional. A *global university* é parte da dupla crise. Das “ruínas da universidade” - para citar um conhecido livro de Bill Readings,⁴ da metade dos anos 1990 - não saiu um novo modelo de universidade do capital global. Também neste caso, a crise se tornou elemento permanente.

IHU On-Line - Qual o papel da universidade neste momento de crise? Quais os limites e as possibilidades em relação à produção de conhecimento que pode contribuir para a solução dos problemas econômicos mundiais?

Gigi Roggero - Como argumentei num recente livro meu *La produzione del sapere vivo* (A produção do saber vivo, Ombrecorte, 2009), não existe uma crise da universidade fora da crise econômica. A crise é, de fato, também crise da medida do trabalho cognitivo. A universidade perde centralidade, torna-se um dos lugares de criação de uma medida artificial dos saberes, de certificação do *skill* [perícia], onde isso é, atualmente, desconexo da concreta atividade desenvolvida. A quantificação dos saberes, ou seja, a imposição da lei do valor, é inteiramente contra a qualidade. É a redução do saber vivo ao saber abstrato. A universidade não pode, por conseguinte, intervir numa crise da qual é intimamente parte. De resto, a organização disciplinar (e seus no-

4 READINGS, Bill. *A universidade em ruínas* (Coimbra: Angelus Novus, 2003). (Nota da IHU On-Line)

vos códigos e limites, como a inter ou multidisciplinaridade tão difusa na academia anglo-saxônica) está completamente falida, serve somente para reproduzir um poder parasitário. Recentemente, saiu um artigo de importantes economistas que explicam por que a disciplina econômica não só não esteve em condições de prever o que está acontecendo, mas não está estruturalmente em condições de fazê-lo. Dessa forma, podemos jogá-la fora! E o mesmo poderemos dizer das outras disciplinas.

Eis o núcleo radical a captar: o que está em crise é o estatuto epistemológico do saber e sua organização. E nós também quisemos esta crise. Os conflitos contra a privatização e a *global university* não podem sentir nenhuma nostalgia pelo público e pela academia nacional. Está aqui a importância do movimento da “onda anômala” na Itália. Aquela que chamamos de “autorreforma da universidade” não é um *cahier de doléance* [caderno de queixas] ou um elenco de propostas a submeter aos indivíduos da representação: é a afirmação da não representabilidade, é a prática constituinte, é a imediata organização de institucionalidade autônoma. E é por isso que estou extraordinariamente interessado no projeto de acesso massificado dos negros na universidade brasileira. Enquanto foi determinado também pelas lutas e pelos movimentos, como tinha sido para os *Black Studies* nos Estados Unidos, parece-me que não se trata somente de um problema de inclusão. A questão radical é o que acontece, quando figuras sociais irrompem em instituições originariamente não pensadas para eles. A questão é, então, uma nova organização do saber, cuja direção e controle não são mais externas, mas imanentes à composição do trabalho. Na dupla crise é este o grande espaço que se abre: a construção, *hic et nunc*, de uma *universidade do comum*, ou seja, além da dialética entre público e privado, que são as duas faces da mesma medalha capitalista.

IHU On-Line - Quais as novas formas de protesto e resistência que a so-

cidade contemporânea tem utilizado em função da crise financeira e da crise no mundo do trabalho?

Gigi Roggero - Entre as transformações que estamos discutindo, a crítica dos saberes se torna hoje imediatamente a crítica da economia política. E as lutas pela formação são as lutas pelo trabalho. Assim, a crise da universidade nos fala da crise do modo de produção capitalista, e vice-versa. Ela nos faz entender como a financeirização é uma forma adequada e perversa de um sistema que se reproduz na captura do comum. Quando falo de comum, entendo algo que não existe *in natura*, mas que é continuamente produzido pela cooperação do trabalho/saber vivo. E o comum tem um duplo estatuto: é prática cooperativa de liberdade e igualdade, mas é também aquilo que é continuamente desfrutado pelo capital. Todavia, precisamente porque depende do comum, ou seja, daquilo que constitui sua ameaça mortal, a financeirização é também uma forma muito frágil. Podemos pensar aqui no sistema de empréstimo, que procura pôr em valor para o capital necessidades e desejos que não podem ser atendidos. Mas, precisamente por isso, é refém de milhões e milhões de proletários que têm se recusado a pagar os débitos contraídos para ter uma casa ou para estudar, contribuindo para determinar a crise do sistema. E, com o desmoronamento do sistema do débito, creio que nos próximos tempos assistiremos nos Estados Unidos a importantes explosões nas universidades, em torno da questão do acesso, do corte dos salários e da redução também do trabalho precário.

Ora, neste quadro o problema das lutas é o de libertar-se de qualquer tentação nostálgica, para a assim chamada “economia real” ou para os estados-nação. Essa é uma resistência conservadora. O que nos interessa é, ao contrário, uma resistência transformadora. Não penso que seja possível um *New Deal*, como nos anos 1930. O sistema é irreformável. Então, a questão é um *New Deal* das lutas e dos movimentos que se ponha num plano imediatamente constituinte ou de construção de um novo *welfare* do

comum, o *commonfare*, ou seja, uma reapropriação da riqueza social e das instituições atualmente congeladas na dialética entre público e privado. Em outros termos, o problema não é devolver a economia para as mãos do Estado, mas reapropriar-se também das instituições financeiras, determinando comando e decisão coletiva dentro delas próprias.

IHU On-Line - Como a Europa de modo geral tem reagido à crise internacional? O que mais tem mudado na vida das pessoas?

Gigi Roggero - A Europa desconsidera a falta de coragem institucional no processo de unificação política, a par das resistências “soberanistas” e “estatalistas” de boa parte da es-

**“Certamente está
emergindo um
capitalismo
profundamente
modificado, que
assume a crise como
elemento insuperável”**

querda. O resultado é claramente visível nas últimas eleições europeias, com a derrota seca e provavelmente irreversível das opções liberal-democráticas e socialistas e a afirmação de posições “antieuropeístas”, algumas das quais de claro cunho racista e xenófobo. Estas posições se alimentam na crise, fornecendo à dura materialidade das condições de vida proletárias (redução dos salários, aumento da precariedade, desaparecimento dos amortizadores sociais) uma clássica resposta de fechamento territorial, identitário e corporativo, no qual o trabalho migrante é o principal objetivo. Então, emergem expressões políticas justicialistas de quem aponta o índice e invoca a força para os

corruptos simplesmente para salvar um sistema que produz essa mesma corrupção. Não se sai, no entanto, dessa situação, como alguns destacados teóricos radicais gostariam, com uma opção classicamente reformista, que visa a desenvolver o “comunismo do capital”, pensando que a crise seja simplesmente um bloqueio temporário ao pleno crescimento do capitalismo cognitivo na Europa central. A Europa política é, ao contrário, repensada a partir das lutas (por exemplo, aquelas da universidade e do trabalho cognitivo e migrante) que nos últimos anos construíram uma rede comum. Não quero aqui propor uma fé qualquer nos magníficos e progressivos tipos de movimentos. O problema é a relação - conflitiva e pragmática - entre estas e as outras formas de governar. De fato, não existe um fora da governança: qualquer idéia de uma ilha feliz é especular sobre a opção reformista. O governar [a governança] significa impossibilidade de governo sobre o trabalho vivo e é a forma institucional da crise permanente. O problema dos movimentos é, então, o dar lugar institucional de reapropriação e espaço constituinte, ao mesmo tempo, no âmbito metropolitano e continental, levando à exaustão os consumidos limites nacionais. Este é um dos motivos pelos quais procuramos aprender daquilo que está acontecendo no extraordinário e também produtivamente contraditório laboratório político da América Latina.

IHU On-Line - Que rumos o senhor imagina que a economia mundial tomará a partir desta crise financeira global?

Gigi Roggero - A crise da economia global significa o fim do neoliberalismo. Com isso não quero dizer que tenham terminado os seus efeitos, mas estes não conseguem mais fazer sistema. Isso não é acompanhado pelo retorno de um forte papel do Estado, como muitos da esquerda sonham. Ainda bem, acrescento! A salvação dos bancos por parte do Estado só demonstra aquilo que sustentamos até agora, ou seja, a íntima articulação do público e do privado no desenvolvimento capitalista. O capitalismo não desapare-

“Crescimento e desenvolvimento são, de fato, coisas completamente distintas”

cerá por si, isso é certo. Além disso, as hipóteses de um desmoronamento do capitalismo - como ensina o que aconteceu nos anos 1920 e 1930 do século XX - sempre trouxeram muito mal... E em todo o caso, de fato, não se diz que aquilo que vem depois do capitalismo seja, por natureza ou por graça recebida, algo melhor. Certamente está emergindo um capitalismo profundamente modificado, que assume a crise como elemento insuperável. É um capitalismo que procura reproduzir-se do conceito de limite, que na Europa se chama de teoria do “decrescimento”,⁵ propugnada por quem procura convencer os proletários e os não ocidentais a não desejarem as mercadorias que eles (teóricos de uma classe média em crise) consomem. A tese do decrescimento é hoje uma política capitalista, feita de valorização da sustentabilidade ambiental, de uma nova hierarquia das mercadorias e do contínuo bloqueio das forças produtivas. Crescimento e desenvolvimento são, de fato, coisas completamente distintas. Uma crítica radical do desenvolvimento capitalista - que se compõe historicamente de crescimento e decrescimento - deve, pois, mover, não o limite, mas a potência do trabalho vivo, a possibilidade de decisão coletiva sobre a riqueza social produzida em comum.

Dizer isso não significa não conceder nada à utopia, como prefiguração de um futuro distante que, desde sempre, tem sido usado pelos partidos da esquerda para edulcorar as instâncias de transformação radical no presente. Nem significa

retornar a uma ideia do desenvolvimento histórico que procede por estádios progressivos. A tendência não pertence à objetividade, mas à organização e às relações de força. Para argumentar sobre este otimismo da razão quero apenas fazer notar que os anos 1990 se abriram com o anúncio triunfal do “fim da história” de Fukuyama⁶ e, paralelo a isso, a declaração de impotência de pensadores radicais que falavam de um invencível “pensamento único”. Não faz nem vinte anos e a crise do capitalismo é o argumento cotidiano de toda a mídia do mundo. Se completarmos o quadro com aquilo que está ocorrendo no Brasil e na América Latina e ao mesmo tempo com a derrota do unilateralismo americano, escutando quem há muitos anos implora a passividade das novas figuras do trabalho aniquiladas e fragmentadas pelo “pensamento único”, se traz à lembrança aquilo que Marx, em 09 de dezembro de 1851, respondia a Engels que se lamentava do comportamento “estúpido e infantil” do povo parisiense que não se opusera ao golpe de estado de Luiz Bonaparte: “o proletariado poupou as suas forças”. Agora se trata de organizá-las no agir comum.

⁶ Francis Fukuyama: professor de economia política internacional da Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, na Johns Hopkins University, nos EUA. Seu primeiro livro, *O fim da história e o último homem* (1992), figurou nas listas de mais vendidos de diversos países, como EUA, França, Japão e Chile. Outros livros representativos de sua obra são *Confiança* (1995), *A grande ruptura* (1999) e *Nosso futuro pós-humano* (2002), todos publicados pela Editora Rocco, de São Paulo. Especialista em questões políticas e militares da Europa e do Oriente Médio, Fukuyama já integrou o Conselho de Planejamento Político do Departamento de Estado norte-americano. (Nota da IHU On-Line)

⁵ Sobre o tema do decrescimento, confira a IHU On-Line n.º 100, de 10 de maio de 2004, especialmente uma entrevista com Serge Latouche, que também é autor do *Cadernos IHU Ideias* n.º 56, de 21-09-2006, intitulado *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial*. (Nota da IHU On-Line)

Religiões do Mundo | De 10-08-2009 a 08-10-2009

INFORMAÇÕES EM WWW.IHU.UNISINOS.BR

Biocapitalismo. A vida no centro do crescimento econômico

Para Christian Marazzi, vivemos a crise de um modelo de capitalismo que vem se afirmando a partir da crise do capitalismo fordista-industrial dos anos 1970

POR GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

A partir da análise que faz da atual crise financeira mundial, o economista francês Christian Marazzi considera que os pilares do capitalismo financeiro que hoje se encontra em crise, são os seguintes: “um ataque sistemático à classe operária, com redução dos salários, flexibilização do trabalho e aumento da extração de mais-valor na esfera da distribuição”. Na entrevista que segue, concedida à IHU On-Line por e-mail, Marazzi afirma que “o modo capitalista de governar está (...) em crise num plano global. Estamos assistindo a uma proliferação de centros de poder em escala mundial (asiático, latino-americano, europeu, estadunidense) que impede uma regulação concertada da saída da crise. Chama-se ‘globo-esclerose’ e significa que nenhum polo capitalista regional está em condições de assumir o comando do crescimento econômico mundial”. Ele constata que “assistimos (...) a um deslocamento à direita em quase todas as partes do mundo, a uma crise da globalização (ou seja, a uma ‘desglobalização’) com impulsos autárquicos e com a ascensão de movimentos de direita e racistas por toda a parte”.

Christian Marazzi é professor e diretor de investigação socioeconômica na Universidade della Svizzera Italiana. Também foi professor na Universidade Estadual de Nova York, na Universidade de Pádua, em Lausanne e Genebra. Entre suas obras, citamos *Autonomia* (Cambridge: Mit Press, 2007) e *Capital and language* (Cambridge: Mit Press, 2008), em parceria com Michael Hardt e Gregory Conti.

A obra *O lugar das meias. A virada linguística da economia e seus efeitos na política* (São Paulo: Civilização Brasileira, 2009) foi traduzida para o português neste ano. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O capitalismo está mesmo em crise ou vivemos apenas uma crise nas finanças? O que caracteriza essa crise?

Christian Marazzi - Esta é a crise de um modelo de capitalismo que vem se afirmando a partir da crise do capitalismo fordista-industrial dos anos 1970. Os pilares do capitalismo financeiro, hoje em crise, são os seguintes: um ataque sistemático à classe operária, com redução dos salários, flexibilização do trabalho e aumento da extração de mais-valor na esfera da distribuição. É o assim chamado biocapitalismo, que põe no trabalho a vida inteira dos trabalhadores, fazendo-os trabalhar gratuitamente na esfera da reprodução e da circulação, mas sem pagá-los. A globalização, por sua vez, estendeu este processo de “colonização” capitalista, dos processos de valorização do capital, para além dos

“A crise será particularmente longa e corre o risco de durar uma dezena de anos”

portões das fábricas. Mas uma característica específica deste capitalismo hoje em crise é a centralidade das finanças e do débito privado (o endividamento das famílias). Num certo sentido, o estado social (Welfare State) “delegou” à economia privada e às finanças algumas das suas funções fundamentais, em particular, a criação de uma demanda aglutinada com o mecanismo do *déficit spending* keynesiano. Ou seja, a economia financeira criou rendimentos necessários ao crescimento econômico, por meio de débitos privados, dos quais os *subprimes* americanos são somente um exemplo. É este “modelo” de capitalismo que não funciona mais, e é com base na crise deste modelo que o capitalismo

está hoje procurando se reestruturar. Entretanto, a crise será particularmente longa e corre o risco de durar uma dezena de anos.

IHU On-Line - O capitalismo ainda tem força para governar nossas vidas? Onde deverá estar o poder a partir deste cenário de crise?

Christian Marazzi - O capitalismo governa hoje as nossas vidas através da crise, das demissões, da pobreza difusa, do medo e do sentimento de culpa (a culpa de ter se endividado e de dever reconstruir o próprio balancete familiar!). O modo capitalista de governar está, no entanto, em crise num plano global. Estamos assistindo a uma proliferação de centros de poder em

“Certamente o neoliberalismo está conhecendo uma crise de legitimidade política, além da econômica”

escala mundial (asiático, latino-americano, europeu, estadunidense), que impede uma regulação concertada da saída da crise. Trata-se da “globo-esclerose” e significa que nenhum polo capitalista regional está em condições de assumir o comando do crescimento econômico mundial. Nesse sentido, é possível que as lutas sociais possam aprofundar a crise do governo capitalista sobre as nossas vidas.

IHU On-Line - O senhor também identifica a crise da teoria neoliberal?

Christian Marazzi - Certamente o neoliberalismo está conhecendo uma crise de legitimidade política, além da econômica. Mas não estou certo de que seja o fim do liberalismo. Assistimos, ao invés disso, a um deslocamento à direita em quase todas as partes do mundo, a uma crise da globalização (ou seja, a uma “desglobalização”) com impulsos autárquicos e com a ascensão de movimentos de direita e racistas por toda a parte. Nos próximos meses e anos, os movimentos de luta serão confrontados com estes impulsos neoliberais e populistas e deverão organizar-se para reconstruir uma frente de resistência contra a restauração do liberalismo reacionário.

IHU On-Line - Que alternativas podemos imaginar neste momento, do ponto de vista econômico?

Christian Marazzi - É preciso lutar contra a pobreza, contra o desemprego, contra a perda das aposentadorias. É preciso lutar pela abolição dos débitos privados das famílias e pela criação de novas formas de consumo social nos bairros, nas cidades, em regiões inteiras. Creio que a luta contra o conceito capitalista de “crescimento econômico” seja a próxima fase: inventar formas de “crescimento ecológico”, abolir o uso capitalista do território, dos espaços urbanos. Isso me parece ser o horizonte alternativo que se delineia para nós.

IHU On-Line - Quais os riscos e limites de uma economia real internacional globalizada?

Christian Marazzi - Os riscos estão ligados ao uso capitalista da internet como “dispositivo de comando” (o olho do poder). Mas creio que a digitalização do capitalismo seja um bem para a luta política anticapitalista, no sentido de que permite generalizar o conhecimento crítico e coordenar as lutas sociais.

IHU On-Line - Em que medida a crise financeira internacional transforma o capitalismo cognitivo?

Christian Marazzi - O capitalismo cognitivo está atravessando uma fase crítica, no sentido de que, para reduzir os custos de produção, o capital está licenciando uma parte importante dos *knowledge workers*. Haverá, nos próximos meses, processos de concentração do capital cognitivo e a eles devemos saber responder com processos de dispersão da inteligência inovadora. Unir os *knowledge workers* às lutas dos pobres, eis o que devemos tentar.

IHU On-Line - Qual o valor que adquire o biocapitalismo e a política do comum neste momento de crise?

Christian Marazzi - O biocapitalismo põe a vida no centro do crescimento econômico. A própria vida, a vida nua, se torna fonte de valor, ou melhor, um mais-valor absoluto que não é reconhecido pelo capital e, portanto, não é pago. Por essa razão, o rendimento garantido¹ é a forma de reconhecimento da força produtiva da vida colocada no trabalho.

LEIA MAIS...

>> Christian Marazzi já concedeu outra entrevista à IHU On-Line.

Entrevista:

* *Política do comum: uma fonte direta de valor econômico*. Publicada nas *Notícias do Dia* do site do IHU, em 23-03-2009. Acesse em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=20708.

¹ No original: “il reddito garantito”. (Nota da IHU On-Line)

CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE NO
ENDEREÇO WWW.IHU.UNISINOS.BR

A crise e os contornos de um “socialismo totalitário do capital”

O economista Carlo Vercellone não crê que a crise atual possa desembocar num novo New Deal, capaz de reconciliar o capitalismo cognitivo e a economia fundada no conhecimento em torno de um novo compromisso capital-trabalho

POR GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

Na opinião do economista italiano, residente na França, Carlo Vercellone, “pode-se afirmar que a própria noção de capital imaterial é um sintoma da crise da categoria de capital constante que se afirmou com o capitalismo industrial, em que o capital constante se apresentava como trabalho morto, cristalizado nas máquinas, impondo ao trabalho vivo sua dominação”. Na entrevista que concedeu à IHU On-Line por e-mail, ele explica que “a força de trabalho, ou a intelectualidade difusa, não podem ser consideradas, por definição, como um ativo negociável de uma empresa (contrariamente a uma máquina ou a uma patente, exceto se a força de trabalho fosse reduzida à escravidão). A valoração do capital intelectual e, portanto do trabalho, não pode, pois, ser senão a expressão completamente subjetiva da antecipação dos lucros futuros efetuada pelos movimentos financeiros que, dessa maneira, se apropriam de uma renda. Isso contribui para explicar por que as finanças desempenham um papel chave no capitalismo cognitivo. Mas este fato contribui também para explicar por que a sucessão de crises financeiras e econômicas graves, à qual assistimos, não foi simplesmente o produto da má regulação das finanças”. Ele critica “a tese dominante, segundo a qual a crise atual seria de origem financeira que só teria afetado, num segundo tempo, a economia dita real”.

Mestre de conferências na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne, Carlo Vercellone é membro da Unidade de Pesquisas Matisse-Isys (<http://matisse.univ-paris1.fr>). Especialista da história econômica da Itália, é o organizador da obra coletiva *Sommes-nous sortis du capitalisme industriel?* (Paris: La Dispute, 2003). Vercellone é autor de *Accumulation primitive du capital* (1861-1980), *Industrialisation et rapport salarial: une application au cas italien* (Paris: L'Harmattan, 1999). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Com a crise atual, pode-se considerar que as finanças são uma unidade de medida do trabalho e do capital?

Carlo Vercellone - Esta questão me permite esclarecer uma divergência com outras concepções do capitalismo cognitivo, segundo as quais as finanças¹ seriam um mecanismo essencial de regulação das externalidades e da crise de medida do trabalho e do capital. Melhor ainda, segundo alguns autores, as finanças se tornariam uma esfera diretamente produtiva na medida em que o valor emergiria da própria esfera da circulação monetária. Minha posição em relação a esse tipo de interpretação foi sempre muito crítica e contribui para explicar as razões pe-

las quais eu não creio que a crise atual possa desembocar num novo *New Deal*, capaz de reconciliar o capitalismo cognitivo e a economia fundada no conhecimento em torno de um novo compromisso capital-trabalho.

Eu me explico. O capitalismo cognitivo vai de par a par com uma crise das categorias fundamentais da economia política: o trabalho, o capital, o valor (voltarei mais tarde sobre esta categoria). No que concerne ao trabalho, o crescimento da sua dimensão imaterial e cognitiva marca, sem dúvida, uma crise de sua medida. O trabalho cognitivo, com efeito, se apresenta, por essência, como a combinação complexa de um trabalho intelectual de reflexão, de acerto, de partilha e de elaboração dos saberes, que se efetua tanto em quantidade como no quadro do

trabalho imediato de produção. Nesse quadro, o trabalho mensurado com o tempo passado e certificado na empresa, frequentemente não é mais do que uma fração do tempo social efetivo de trabalho. Esta crise de medida - e este ponto é essencial - não afeta, portanto, em nada, a meu ver, a tese marxista, segundo a qual o trabalho continua sendo a única fonte do valor e da mais-valia. A crise de medida do trabalho está, aliás, estreitamente associada àquela da categoria de capital que, como se sabe, é mais identificada com a noção de capital imaterial ou de capital humano.

Ora, esta identificação corresponde, a meu ver, a um verdadeiro oxímoro. Por que um oxímoro?

¹ No original francês “la finance” = o Sistema Financeiro. (Nota do tradutor)

Porque a significação primeira do que se chama capital imaterial corresponde realmente, no essencial, às qualidades intelectuais e criadoras incorporadas na força de trabalho. Ele expressa, então, para retomar uma expressão de Tronti, a maneira pela qual o “trabalho vivo como não capital” desempenha agora um papel hegemônico em relação à ciência e aos saberes codificados, incorporados no capital fixo e na organização empresarial das firmas.

A inteligência difusa ou coletiva

Nesse sentido, pode-se afirmar que a própria noção de capital imaterial é um sintoma da crise da categoria de capital constante que se afirmou com o capitalismo industrial, em que o capital constante se apresentava como trabalho morto, cristalizado nas máquinas, impondo ao trabalho vivo sua dominação. Malgrado a torção introduzida por termos, como capital intelectual, capital intangível ou ainda capital humano, este capital é, pois, na realidade, o que nós chamamos a intelectualidade difusa ou ainda a inteligência coletiva. Este capital escapa, portanto, a toda medida objetiva. Compreende-se, desde logo, uma das razões que, na origem da formidável ascensão do “goodwill”, esteve no cerne do rápido desenvolvimento das bolhas financeiras, e depois de sua explosão na crise. Pode-se, portanto, considerar o “goodwill”, como uma medida do trabalho e do capital? A resposta é evidentemente não, sem por isso precisar atingir a crise atual. O valor desse capital na bolsa é fundamentalmente fictício, na medida em que não corresponde sequer a uma duplicata do capital real. Com efeito, a força de trabalho, ou a intelectualidade difusa, não podem ser consideradas, por definição, como um ativo negociável de uma empresa (contrariamente a uma máquina ou a uma patente, exceto se a força de trabalho fosse reduzida à escravidão). A valoração do capital intelectual e, portanto, do trabalho não pode, pois, ser senão a expressão completamente subjetiva da antecipação dos lucros futuros efe-

“Na web, os princípios da gratuidade e da auto-organização em rede continuam predominando, e isso a despeito das tentativas de instaurar barreiras comerciais ao acesso e de reforçar os direitos de propriedade intelectual”

tuada pelos movimentos financeiros que, dessa maneira, se apropriam de uma renda. Isso contribui para explicar por que as finanças desempenham um papel chave no capitalismo cognitivo. Mas este fato contribui também para explicar por que a sucessão de crises financeiras e econômicas graves, à qual assistimos, não foi simplesmente o produto da má regulação das finanças. Ao contrário, como o mostrou com força Gorz,² esta dinâmica exprime “muito simplesmente a dificuldade intrínseca que faz funcionar o capital intangível como um capital que faz funcionar o capitalismo dito cognitivo como um capitalismo”. É o que nos mostra a análise da origem, do

2 André Gorz (1923-2007): filósofo austríaco. Escreveu inúmeros livros, vários deles traduzidos para o português, entre eles *Adeus ao proletariado* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica* (São Paulo: Annablume, 2003) e *Misérias do Presente, Riqueza do Possível* (São Paulo: Annablume, 2004). Realizamos uma entrevista com André Gorz, publicada parcialmente na 129ª edição da revista IHU On-Line, de 02-01-2005, e na íntegra no número 31 dos Cadernos IHU Ideias, com o título *A crise e o êxodo da sociedade salarial*, disponível para download em <http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1158331399.05pdf.pdf>. Sobre André Gorz também pode ser lido o texto *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*, de autoria de André Langer, pesquisador do Cepat. O texto está publicado nos Cadernos IHU n.º 5, de 2004. O site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU deu ampla repercussão à morte de Gorz. Para conferir o material, acesse as **Notícias do Dia**. (Nota da IHU On-Line)

sentido e dos riscos da crise econômica e financeira atual.

IHU On-Line - O capitalismo está em crise, ou nós estamos simplesmente vivendo uma crise financeira? O que caracteriza este momento? Será que ele também marca a crise da teoria neoliberal?

Carlo Vercellone - Sou resolutamente crítico em face da tese dominante, segundo a qual a crise atual seria uma crise de origem financeira que só teria afetado num segundo tempo a economia dita real. Esta tese encontra, aliás, duas formulações principais, cujos limites analíticos convém sublinhar, bem como suas implicações políticas.

A primeira formulação corresponde à concepção dominante compartilhada pela maioria dos economistas *mainstream*. Estes, após terem defendido durante anos as virtudes do rigor orçamentário, se converteram rapidamente em fervorosos defensores de políticas keynesianas³ de retomada e de salvamento do sistema financeiro. Segundo esta primeira formulação, a crise atual corresponderia a uma espécie de acidente de percurso no desenvolvimento das finanças liberalizadas e mundializadas, cujo balanço permaneceria fundamentalmente positivo. A

3 John Maynard Keynes (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não-comunistas. De Keynes, publicamos um artigo e uma entrevista na 139ª edição, de 02-05-2005, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158268163.69pdf.pdf> e outra entrevista na 144ª edição, de 06-06-2005, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158265767.37pdf.pdf>. Confira, também, dois artigos na 145ª edição, de 13-06-2005, disponíveis para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158265416.97pdf.pdf> e um artigo nos Cadernos IHU Ideias número 37, de 2005, intitulado *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, de autoria do Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho, disponível para download em <http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1158330840.21pdf.pdf>. Leia, também, a edição 276 da Revista IHU On-Line, de 06-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1223468601.6593pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

crise seria essencialmente o efeito de uma série de disfunções técnicas e de riscos morais das finanças, que teria desestabilizado a regulação neoliberal de um sistema econômico intrinsecamente sadio. A terapia anticrise consistiria, portanto, em intervenções excepcionais e transitórias de retomada, associadas a medidas de moralização e de reregulamentação parcial das finanças na linha dos acordos de Basileia-II.⁴ De nenhum modo, seria questão de recolocar em causa os pilares da regulação neoliberal, notadamente por aquilo que se refere à relação salarial e ao dismantelamento das instituições do Welfare-State.

Um “socialismo neoliberal” do capital

Temos aí o que se pode chamar um keynesianismo “bastardo”, ou melhor, um “socialismo neoliberal” do capital, que traduz bem a orientação das políticas econômicas adotadas pela maioria dos governos, notadamente na Europa. A esta concepção se adapta bem o célebre adágio “é preciso que tudo mude, a fim de que nada mude”. A razão desta estratégia não depende somente de uma adesão ideológica obstinada ao neoliberalismo. Ela exprime, a meu ver, de maneira mais fundamental, a dificuldade de um processo de autorreforma do capital, capaz de implantar um novo *New Deal*, e isso por razões em grande parte estruturais referentes à reprodução do capitalismo cognitivo e à sua incapacidade de reativar uma lógica de crescimento, capaz de integrar, pelo menos em parte, os interesses das classes subalternas. Voltaremos a isso. Como prova, basta pensar nas recentes declarações do principal economista do FMI, quando ele apela a refletir hoje na “implantação estrutural de reformas para diminuir os déficits orçamentários no receio de que os mercados (financeiros) não enlouqueçam ante a decolagem do

endividamento público”, esquecendo que este último justamente se desenvolveu para voar ao seu socorro.

O conflito entre a vocação rentável do capitalismo financeiro e o “bom” capitalismo produtivo

A segunda formulação desta tese inspira-se numa concepção autenticamente keynesiana, ou marxo-keynesiana. Para esta análise, o sentido e o cacife da crise atual se encontraria no conflito entre a vocação rentável do capitalismo financeiro e o “bom” capitalismo produtivo, portador, este, de uma lógica de acumulação favorável ao crescimento da produção e do

“A precarização constitui, no capitalismo cognitivo, uma condição essencial para assegurar o controle de uma força de trabalho que é cada vez mais autônoma no plano da organização da produção”

emprego. Desta interpretação resulta, então, a proposição de uma espécie de compromisso “neorricardiano” entre salário e capital produtivo contra o poder das finanças. O compromisso deveria permitir restabelecer a hegemonia do capitalismo empresarial da época fordista e uma repartição menos inigualitária da renda. Nessa base, nossas economias poderiam reencontrar - assim nos dizem - as condições de um crescimento próximo do pleno emprego, e tudo isso num contexto de substancial continuidade com as modalidades fordistas de organização do trabalho e de regulação da relação salarial.

Esta grade de leitura nos parece errônea por três razões estreitamente interligadas:

1ª) a denúncia do papel perverso das finanças é desconectado de uma análise das profundas transformações da organização social da produção e da demanda social. Estas não estão mais fundadas na produção de bens padronizados, mas sobre o lugar cada vez mais central do conhecimento e do imaterial, e notadamente do que eu chamo de produções do homem para o homem (saúde, educação, cuidados, pesquisa). É o esquecimento dessas dimensões essenciais que pode nutrir a ideia errônea, segundo a qual a saída da crise se encontraria num relançamento keynesiano do modelo fordista do pleno emprego e da produção/consumo de massa.

2ª) ela nega a importância das mutações que, neste quadro, conduziram ao esgotamento do papel hegemônico da lógica do capitalismo industrial e a uma vocação especulativa e rentável mais pronunciada do próprio capital produtivo. Nesta evolução, a financeirização do capital produtivo não é, aliás, senão uma das expressões de uma verdadeira multiplicação das formas rentáveis de valorização do capital (patentes, marcas, etc.).

3ª) ela faz da crise atual o simples resultado da repetição, desde os anos 1980, de crises financeiras graves, obedecendo a uma lógica cíclica e repetitiva, endógena às próprias finanças e à sua tendência de se autonomizar e a desestruturar do exterior “a economia dita real”.

A compenetração entre capital financeiro e capital produtivo

Certamente, não se trata aqui de negar a autonomia relativa e o poder sistêmico de que dispõem as finanças. Um poder que se manifesta tanto durante as fases de crescimento, quando ele se apropria de uma parte exorbitante dos lucros, como nas fases que seguem à explosão das bolhas especulativas. Neste quadro, a ameaça de transformar uma crise local numa crise global permite, com efeito, às fi-

⁴ Acordo de Basileia: acordos de supervisão bancária, assinados em Basileia, Suíça. O Acordo de Basileia I foi assinado em 1988, e o Acordo de Basileia II foi assinado em 2004, substituindo o primeiro. O Basileia II fixa-se em três pilares e 25 princípios básicos sobre contabilidade e supervisão bancária. (Nota da IHU On-Line)

nanças tomar como refém o conjunto das instituições, obtendo dos bancos centrais e dos governos concessões formidáveis e quase sem condições. No entanto, insistir nas finanças como se se tratasse de um poder autônomo quase absoluto, tende a fazer esquecer a compenetração entre capital financeiro e capital produtivo e as outras causas socioeconômicas que estão na origem da crise sistêmica do capitalismo contemporâneo.

Este tipo de concepção não chega, por exemplo, a ver como a dinâmica que conduziu da crise da bolha da internet em 2000 à crise dos *subprimes* não se encontra na simples repetição, de maneira idêntica, de ciclos especulativos ligados à lógica autônoma das finanças. Apesar de certos traços comuns, uma análise atenta da passagem histórica da “new economy” à crise dos *subprimes* permite mostrar o aprofundamento de certo número de contradições maiores que vão afetar, na economia dita real, o desenvolvimento do capitalismo cognitivo. Contradições essas que dizem respeito tanto à regulação da relação capital-trabalho, como à questão dos mercados e das finalidades sociais da produção.

É preciso recordar, nesse contexto, como o aumento nos preços das ações na bolsa Nasdaq tinha sido saudado como o sinal anunciador do milagre da *new economy*. Diante da crise dos mercados e da competitividade de setores da velha economia material fordista, a economia americana, graças à internet e às novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), era vista como tendo encontrado o caminho de um novo crescimento potencialmente inesgotável e capaz de lhe restituir uma posição hegemônica na economia mundial. Ora, a explosão da bolha da internet e dos valores da bolsa Nasdaq, em março de 2000, veio justamente mostrar o fim dos mitos da *new economy*. Por quê? Porque o financiamento dos *starts-up* e o enorme esforço de investimento nos TIC, para criar novos sites comerciais, logísticas proprietárias, etc., se traduziu por uma formidável crise de superprodução e de superinvestimento, sem che-

gar a criar mercados comerciais que permitissem valorizá-los.

Esta crise tem uma importância crucial na história do capitalismo cognitivo

Esta crise tem uma importância crucial na história do capitalismo cognitivo.

A crise da bolha da “new economy” marca, com efeito, limites estruturais que o capital encontra em sua estratégia lucrativa, visando a submeter a economia do imaterial e da internet à lógica comercial e do lucro. Na web, os princípios da gratuidade e da auto-organização em rede continuam predominando, e isso a despeito das tentativas de instaurar barreiras comerciais ao acesso e de reforçar os direitos de

“Numerosos fatores econômicos, sociais e ecológicos “reais” de uma crise global eram visíveis bem antes da crise financeira”

propriedade intelectual. Ela mostra, ao mesmo tempo, a dificuldade de o capital afirmar sua hegemonia na organização social da produção. Em particular, a ascensão das redes de troca e de produção não comercial dá prova de uma eficácia econômica superior à do setor privado. O modelo do software livre e de Linux se afirma como um princípio de coordenação e de produção de saberes alternativo tanto à empresa como ao mercado, desestabilizando o monopólio da Microsoft e a estratégia capitalista de privatização do conhecimento e dos bens informacionais.

Nesse contexto de impasse da *new economy*, o governo americano e o Federal Reserve (FED⁵) já se encontram

5 Federal Reserve Bank (FED): Banco Central dos Estados Unidos da América, composto por 12 bancos regionais e 24 filiais. É responsável pelas decisões de política econômica e mo-

confrontados, em 2000, ante o risco de uma depressão maior. De onde a tentativa de reativação da economia por uma política de taxas de juro muito baixas que, para manter o consumo, desconectava a despesa e a renda através da expansão do crédito, notadamente o hipotecário. Era possível fazer outra opção, por exemplo, a de uma reforma da política de rendas, permitindo um crescimento dos salários e uma redução das formidáveis desigualdades sociais que se cruzaram desde os anos 1980.

Mas por que esta hipótese - embora visada - foi então rapidamente descartada? Uma das principais razões que continua atual é, a nosso ver, a seguinte: a precarização constitui, no capitalismo cognitivo, uma condição essencial para assegurar o controle de uma força de trabalho que é cada vez mais autônoma no plano da organização da produção. A opção de favorecer o desenvolvimento do endividamento massivo dos negócios parece, em troca, permitir ao capital combinar dois objetivos do ponto de vista da regulação da relação salarial.

O primeiro é o de estimular a demanda pelo crédito, assegurando ao capital financeiro encontrar, pelo menos no começo, investimentos muito rentáveis e novas formas de retirada antecipada da mais-valia.; o segundo consiste na maneira pela qual o mito neoliberal da “sociedade de proprietários”, associada ao crescimento exponencial da dívida privada das transações individuais ou familiares permite forjar, junto aos trabalhadores, uma subjetividade dependente e submetida ao capital. É assim que à crise da “new economy” sucede, a partir de 2002, a formação da nova bolha especulativa, dita dos *subprimes*.

A construção civil e a economia do imaterial

O crescimento americano é puxado, durante este período, pela ação conjunta do setor mais tradicional da

netária (fixação das taxas de juros) nos EUA, sendo que é, a partir da atuação do FED, que sobem ou descem as taxas de juros no mercado americano, cuja tendência afeta outros países. (Nota da IHU On-Line)

economia material (a construção civil) e do setor, sob muitos aspectos o mais parasitário, da economia do imaterial. Eu me refiro ao desenvolvimento dos serviços financeiros que se auto-alimentam graças à titulação e a toda uma parafernália de inovações financeiras que parecem permitir uma diluição infinita dos riscos.

No total, a financeirização e, mais em geral, o desenvolvimento da localização da renda são, em grande parte, a consequência e não somente a causa das contradições inerentes à lógica de regulação do capitalismo cognitivo. Este ponto é também essencial para compreender o sentido e as causas da abertura da crise atual, que seria errôneo considerar essencialmente como uma crise de origem financeira. Numerosos fatores econômicos, sociais e ecológicos “reais” de uma crise global eram visíveis bem antes da crise financeira. Eles permitem explicar o estouro e, ao mesmo tempo, a dificuldade de pensar a possibilidade de uma saída da crise por cima, sem uma ação que vise a reduzir a um lugar secundário o papel do lucro e das relações comerciais.

Lembro apenas alguns dos fatores mais importantes.

A crise ecológica, da qual uma de suas manifestações se manifesta, aliás, entre 2006-2007, no aumento do preço da gasolina e dos alimentos que desempenham um papel central no consumo dos bens domésticos, notadamente daqueles mais pobres e mais endividados. Esta evolução, associada, a partir de 2005, à alta das taxas de juro, condena, de fato, uma grande parte dos negócios a uma situação de insolvabilidade e contribui para desencadear a crise dos *subprimes* e o desmoronamento do setor imobiliário. Entretanto, mais fundamentalmente, a crise ecológica marca, na escala planetária, os limites estruturais do modelo liberal produtivista. Desse ponto de vista, uma política de saída da crise não pode, pois, de nenhuma forma, basear-se exclusivamente num plano de retomada do consumo privado e dos negócios privados. Ela requer,

antes, uma verdadeira socialização do investimento nas atividades que permitam repensar o urbanismo, a agricultura, a promoção da economia de energia e que, por natureza, escapam, em grande parte, à lógica comercial e mercadológica.

A possibilidade de uma política de retomada da economia fundada na lógica mercadológica se encontra, de maneira mais geral, presa à armadilha de outros obstáculos. De uma parte, como vimos, a *new economy* é incapaz de tomar o lugar da velha economia fordista. A explosão da bolha especulativa da internet já mostrou a impossibilidade, da parte do capital, de integrar a economia do imaterial e do conhecimento numa dinâmica de crescimento capaz de assegurar, numa

“A crise ecológica marca na escala planetária os limites estruturais do modelo liberal produtivista”

nova base, a expansão das saídas mercadológicas.

De outra parte, os setores saídos da velha economia fordista se encontram numa fase de declínio estrutural, torturados entre a situação dos mercados e a concorrência dos países emergentes, como o mostra hoje a crise dramática da indústria automobilística encarnada pela falência do símbolo da indústria americana, a General Motors. Sua retomada se chocaria, aliás, com coerções ecológicas incontornáveis.

Ora, os únicos atores em que as necessidades e a demanda social estão em contínua expansão correspondem ao que se chamam produções do homem para o homem (saúde, educação, pesquisa, cuidados às pessoas), asseguradas tradicionalmente na Europa, pelos serviços coletivos do Wel-

fare-State⁶. Este elemento contribui para explicar a pressão extraordinária exercida pelo capital para privatizar ou, em todo o caso, submeter à lógica mercadológica esses serviços coletivos, e isso muito mais por seu papel estratégico no crescimento da demanda social do que pelo controle biopolítico da população. No entanto, esse tipo de atividade não pode ser submetido à racionalidade econômica do lucro e à lógica mercadológica a não ser ao preço de um esbanjamento de recursos e desigualdades sociais profundas que, por acréscimo, correria o risco de desestruturar as forças criadoras de base de uma economia fundada no papel motor do saber e de sua difusão.

Três principais argumentos reivindicam esta tese:

O primeiro está ligado ao caráter intrinsecamente cognitivo, afetivo e comunicativo dessas atividades, nas quais o trabalho não consiste em agir sobre a matéria inanimada, mas sobre o próprio homem, numa relação de co-produção de serviços.

O segundo argumento se refere à impossibilidade de elevar a produtividade e a rentabilidade dessas atividades, mensurando-as por meio de critérios quantitativos próprios à administração das empresas, a não ser em detrimento da qualidade que caracteriza a eficácia de uma relação de serviços em setores, como a saúde, o ensino e a transmissão/produção de conhecimentos.

O terceiro está ligado às distorções profundas que a aplicação do princípio da demanda solvável introduziria na alocação dos recursos e no direito ao acesso a esses bens comuns. Essencialmente, a produção do comum se funde, efetivamente, com a gratuidade e com o livre acesso. O financiamento das produções do homem para o homem não pode, pois, ser baseado no princípio da demanda privada solvável, mas deve repousar sobre o preço coletivo e político representado pelo lado fiscal, a cotização social ou por

⁶ Sobre este ponto cf. Negri T., Vercellone C (2008), A relação capital/trabalho no capitalismo cognitivo, *Multitudes*, n. 32, p. 39-50. (Nota do entrevistado)

outras formas de mutualização real dos recursos.

IHU On-Line - Quais são as principais diferenças entre a crise atual e a crise de 1929?

Carlo Vercellone - Todos esses elementos contribuem também para explicar certas diferenças maiores entre o sentido e os cacifes da grande depressão dos anos 1930 e a crise atual. A crise de 1929 se apresenta *a posteriori* como uma crise de crescimento da lógica do capitalismo industrial, fundada sobre a racionalização tayloriana da produção e a integração da reprodução da força de trabalho à lógica mercadológica. Ela resulta, no essencial, da defasagem entre o desenvolvimento dos princípios da produção de massa e um modo de regulação concorrencial da relação salarial que impede a rápida expansão do consumo de massa. O cacife principal de uma saída da crise encontrava-se, então, na criação de instituições (as Convenções Coletivas, o Estado-providência, etc.) que permitissem uma progressão dos salários próxima àquela da produtividade. Dessa maneira, podia realizar-se o sonho de Henry Ford,⁷ aquele de uma classe operária que se torna o principal comprador dos bens de consumo duráveis que ela produz. Consistindo a racionalidade econômica do capital industrial em produzir sempre mais mercadorias com menos tempo. Então, com custos unitários e de preços decrescentes, ela poderá encontrar uma força progressiva, integrando estreitamente o assalariado na dinâmica da acumulação do capital, satisfazendo dessa maneira uma massa

7 Henry Ford (1863-1947): empreendedor estadunidense, fundador da Ford Motor Company e o primeiro empresário a aplicar a montagem em série de forma a produzir em massa automóveis em menos tempo e a um menor custo. A introdução de seu modelo Ford T revolucionou os transportes e a indústria norte-americanos. Ford foi um inventor prolífico e registrou 161 patentes nos EUA. Como único dono da Ford Company, ele se tornou um dos homens mais ricos e conhecidos do mundo. A ele é atribuído o “fordismo”, isto é, a produção em grande quantidade de automóveis a baixo custo por meio da utilização do artifício conhecido como “linha de montagem”, o qual tinha condições de fabricar um carro a cada 98 minutos, além dos altos salários oferecidos a seus operários – notavelmente o valor de 5 dólares por dia, adotado em 1914. (Nota da IHU On-Line)

crescente de necessidades, pouco importando se verdadeiras ou supérfluas. Esta força progressiva do capital, fundada sobre sua capacidade de integrar a classe operária no interior de sua lógica de desenvolvimento, foi a base do que a escola da regulação⁸ chamou de compromisso fordista: os sindicatos aceitam a racionalização tayloriana e o monopólio do patronato sobre a organização do trabalho. Em contrapartida, os trabalhadores obtêm uma progressão dos salários que lhes permite o acesso ao consumo de massa.

Esta dialética capital-trabalho é, no entanto, rompida no capitalismo cognitivo. A crise atual não é uma crise de crescimento do capitalismo cognitivo. Ela exprime, de maneira mais fundamental, o caráter incon-

“A produção do comum se funde, efetivamente, com a gratuidade e com o livre acesso”

ciliável do capitalismo cognitivo com as condições sociais necessárias ao desenvolvimento de uma economia fundada no conhecimento, bem como à preservação do equilíbrio ecológico do planeta. Para citar uma passagem incisiva e profética de André Gorz em *O Imaterial* (São Paulo: Annablume, 2005), ela exprime a maneira com que “O capitalismo... chegou em seu desenvolvimento das forças produtivas a uma fronteira, passada a qual ele não

8 Escola da regulação: também conhecida como teoria da regulação, é uma corrente de pensamento econômico de origem francesa. No centro de suas teoria está na ideia de regulação econômica. Nasceu em meados da década de 1970 de uma crítica severa à economia neoclássica, que procurou ultrapassar através de uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo americano, historicismo alemão e a Escola dos Annales. A obra de Michel Aglietta, *Régulation et crises du capitalisme* (1976) vale como fundadora desta corrente. Sobre o tema confira a edição 78 dos Cadernos IHU Ideias, intitulada *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à violência da moeda*, de autoria de Octavio Augusto Camargo Conceição, disponível para download em <http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1184005772.25pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

pode haurir plenamente uma parte de suas potencialidades a não ser passando para uma outra economia.” Esta contradição exprime em termos marxistas a crise da racionalidade econômica do capital encarnada pela lei do valor, pensada como a relação social que faz da lógica da mercadoria o critério chave e progressivo da produção de valores de uso e de satisfação das necessidades.

Finalmente, para retomar uma formulação de Gramsci,⁹ a crise atual é “uma grande crise, um momento trágico, no qual o antigo morre, o novo não chega a ver a luz do dia, e nesse claro-escuro surgem os monstros”. Mas, se nada será como antes, é preciso admitir a dificuldade de definir com precisão os cenários de uma eventual saída da crise. De qualquer maneira, é extremamente difícil compartilhar da hipótese, segundo a qual a crise atual poderia conduzir o capital a tomar consciência da necessidade de um novo *New Deal*, capaz de conciliar o capitalismo cognitivo e a economia fundada no conhecimento, encontrando uma solução viável aos problemas inerentes simultaneamente à desigualdade na repartição da renda, à insuficiência da demanda, à crise ecológica e à instabilidade das finanças. Mais precisamente, a possibilidade de um novo *New Deal*, de um novo compromisso capital-trabalho só se choca contra o muro representado pelo poder das finanças. Ela também tropeça em dois obstáculos maiores que traduzem, como vimos, a expansão da força progressiva do capital e a crise da lei do valor.

O primeiro está ligado à maneira com que um eventual reforço das garantias do Welfare State, reduzindo de maneira substancial a sujeição

9 Antonio Gramsci (1891-1937): escritor e político italiano. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da IHU On-Line, de 13-08-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1187178587.01pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

à relação salarial, comportaria para o capital um risco maior, o de desestabilizar profundamente os mecanismos de controle do trabalho cognitivo fundados em grande parte na precariedade. Poderia resultar no desenvolvimento de conflitos, confluindo não somente sobre o plano de repartição da renda, mas também, de maneira mais fundamental, sobre a própria definição da organização e das finalidades sociais da produção.

O segundo obstáculo depende da maneira como, pelo menos nos países desenvolvidos, a maior parte das necessidades que a produção é suscetível de satisfazer se encontra fora das atividades nas quais a racionalidade econômica do capital pôde desempenhar, no capitalismo industrial, um papel progressivo.

É por todas essas razões que o retorno pela força da intervenção do Estado, como regulador macroeconômico e salvador em último recurso dos desequilíbrios do capital, não nos parece ser o prelúdio de um novo *New Deal*. Esta evolução parece, antes, delinear os contornos de um “socialismo totalitário do capital”, posto a serviço da continuidade de políticas neoliberais de expropriação do comum e de expansão parasitária da esfera mercadológica. Nada é, no entanto, inelutável. Apesar da sua dinâmica devastadora e os riscos de implosão que ela comporta, a bifurcação histórica aberta pela crise atual se apresenta como um processo complexo, aberto e profundamente conflituoso, que pode dar lugar a evoluções que se processem em direções opostas.

LEIA MAIS...

>> Carlo Vercellone já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line.

Entrevistas:

* *Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho*. Publicada na IHU On-Line número 161, de 24-10-2005. Acesse em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158347724.5pdf.pdf>;

* *É na reversão das relações de saber e poder que se encontra o principal fator da passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo*. Publicada na IHU On-Line número 216, de 23-04-2007. Acesse em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=341&id_edicao=242.

Horizontes da crise: nova globalização e trabalho sem emprego

Na visão de Giuseppe Cocco a crise financeira acaba tendo consequências violentíssimas sobre os resíduos de “industrialismo” e “imperialismo”

POR GIUSEPPE COCCO

“Longo de implicar a volta do setor industrial (esfera real), a crise determina um ulterior aprofundamento das dimensões cognitivas e imateriais da acumulação e a afirmação de uma governança imperial: não mais centrada no “imperialismo” norte-americano, mas em formas de soberania supranacionais. Isso implica, por um lado, que a sustentação do crescimento chinês deverá encontrar elementos de equilíbrio internos (no crescimento do mercado doméstico) e determinará – com a multiplicação das lutas e das revoltas às quais já estamos assistindo – a necessidade de passar a tolerar as pressões salariais; pelo outro, o enfraquecimento possível da pressão negativa sobre os salários mundiais (gerada pela hiperexploração dos gigantescos contingentes de forças de trabalho chinesas) pode traduzir-se no aprofundamento e generalização dos elementos cognitivos e imateriais da produção e do consumo, quer dizer do trabalho”. A opinião é do professor da UFRJ, Giuseppe Cocco, no artigo inédito, feito especialmente a pedido da IHU On-Line, e que publicamos a seguir. Para ele, “uma das possibilidades de realizar um efetivo deslocamento pós-capitalista está na capacidade que os movimentos sociais terão de articular à resistência anticapitalista com propostas de ruptura da convenção que liga entre eles trabalho e emprego”.

Giuseppe Cocco é graduado em Ciências Políticas pela Università degli Studi di Padova e pela Université de Paris VIII. Cursou mestrado e doutorado em História Social na Université de Paris I. Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o pesquisador é membro do corpo editorial da revista francesa *Multitudes* e das revistas *Lugar comum* e *Global Brasil*. Também é autor de diversos livros, entre os quais citamos *Trabalho e cidadania: Produção e direitos na era da globalização* (São Paulo: Editora Cortez, 2000) e *Biopoder e luta em uma América Latina globalizada* (Rio de Janeiro: Record, 2005), este último em parceria com Antonio Negri. Confira o artigo.

Para além da “Chimérica”: um multipolarismo qualificado pelas relações Sul-Sul

Para discutir a crise do capitalismo financeiro global, precisamos colocar uma questão: a quem está se fazendo pagar os “custos” da crise, quem já está pagando pela crise? A questão dos “custos” tão cara à retó-

rica econômica neoliberal pode ser, dessa maneira, articulada de outra maneira e reformulada pelo menos parcialmente.

O presidente Lula já afirmou de maneira nítida: “a crise é o fato dos banqueiros louros de olhos azuis”: a crise é da responsabilidade do Norte e de seus bancos e banqueiros, bem como de uma governança global do-

minada pelo critério do poder dos mais ricos (o G8), moldada nas relações de dominação imperialista (centro - periferia), oriundas da Segunda Guerra Mundial.

O que significa dizer, em uma linguagem bem simples, que não são nem os países do Sul, nem os migrantes internacionais que devem pagar pela crise. Em relação à governança global, a crise traduziu-se em algumas aberturas interessantes. É cedo para tirar conclusões, mas não é difícil ver alguns deslocamentos e horizontes abertos: o G8 foi declarado moribundo, dessa vez não apenas pelas manifestações de rua, como em Seattle e Genova, mas também pelo ministro Celso Amorim durante a última cúpula (em Áquila, Itália); o G20 e o grupo de países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) já indicam um caminho alternativo de governança multipolar qualificada por fortes relações horizontais, Sul-Sul.

De maneira mais estrutural, as relações Sul-Sul têm pela frente a possibilidade (e também o desafio) de afirmar caminhos de crescimento alternativos àquele que hegemonizava a globalização neoliberal e financeira.

Por um lado, há o espaço para romper com a divisão internacional do trabalho que, sob o domínio da relação entre China e América (Chimérica), estava por trás de um modelo de crescimento global que articulava o super-consumo a crédito dos Estados Unidos, a super-produção com deflação salarial chinesa e os superávits comerciais em commodities agrícolas e de minério da América Latina (principalmente do Brasil).

Por outro lado, há espaço para que essa redefinição da hierarquia econômica global se traduza não apenas - como dissemos - na reformulação do marco político da governança (o G20, o BRIC, uma redefinição dos equilíbrios de poder no FMI e no Conselho de Segurança da ONU), mas também numa revolução das convenções sociais que sustentaram esse modelo de acumulação: estamos falando das convenções do consumo (norte-americano) e de emprego industrial (chinês) que se traduziram em processos gerais - imediatamente globais - de inflação de crédito (para sustentar o consumo)

**“Onde é o homem
unidimensional que
domina, o trabalho vivo
deve submeter-se ao
capital fixo para ter
acesso à renda e, pois,
integrar-se socialmente
pelo consumo
(massificado e sem
qualidade)”**

e deflação salarial (para controlar a produção).

Podemos avançar na hipótese de que, curiosamente, a crise “financeira” - contrariamente às análises que vêem na crise a oportunidade de uma redução das finanças como esfera fictícia separada daquela real (da produção) - acaba tendo consequências violentíssimas sobre os resíduos de “industrialismo” e “imperialismo” (a China como planta industrial do mundo, o poderio militar dos Estados Unidos como base do dólar, como moeda de referência global) que sobravam no capitalismo global e cognitivo.

Longe de implicar a volta do setor industrial (esfera real), a crise determina um ulterior aprofundamento das dimensões cognitivas e imateriais da acumulação e a afirmação de uma governança imperial: não mais centrada no “imperialismo” norte-americano, mas em formas de soberania supranacionais. Isso implica, por um lado, que a sustentação do crescimento chinês deverá encontrar elementos de equilíbrio internos (no crescimento do mercado doméstico) e determinará - com a multiplicação das lutas e das revoltas às quais já estamos assistindo - a necessidade de passar a tolerar as pressões salariais; pelo outro, o enfraquecimento possível da pressão negativa sobre os salários mundiais (gerada pela hiperexploração dos gigantescos contingentes de forças de

trabalho chinesas) pode traduzir-se no aprofundamento e generalização dos elementos cognitivos e imateriais da produção e do consumo, quer dizer do trabalho.

Crise do valor

Com efeito, o horizonte está aberto e indeterminado. Uma das possibilidades de realizar um efetivo deslocamento pós-capitalista está na capacidade com que os movimentos sociais terão de articular a resistência anticapitalista com propostas de ruptura da convenção que liga entre eles trabalho e emprego.

No regime de acumulação da grande indústria e do maquinismo, trabalho e capital estavam numa relação de interdependência dialética: era o paradoxo do socialismo na Rússia pós-revolucionária onde Lênin queria compatibilizar os “soviets” com a eletricidade e o taylorismo, quer dizer, com a disciplina da grande fábrica. Aqui, a convenção que liga o trabalho ao emprego (industrial) diz respeito a uma relação social de produção que - com base no direito absoluto da propriedade estatal (ou privada) e do controle separado (pelos trabalhadores intelectuais) da ciência aplicada à técnica - faz com que o trabalho vivo (o capital variável), para se tornar produtivo, tenha que subordinar-se ao capital fixo (maquinaria, tecnologia: trabalho morto e ciência). Esse é também o paradoxo das sociedades “afluentes”, como dizia J.K. Galbraith, quando apontava o absurdo das sociedades “afluentes”, ou seja, o fato de que nelas é preciso produzir bens inúteis para poder distribuir renda, pois é o emprego que funciona como aparelho de distribuição da renda: “Ao passo que nossa energia produtiva (...) serve à criação de bens de pouca utilidade - produtos dos quais é preciso suscitar artificialmente a necessidade por meio de grandes investimentos, sem os quais eles não seriam mesmo demandados - o processo de produção conserva quase integralmente seu caráter de urgência, como fonte de renda”. Onde é o homem unidimensional que domina, o trabalho vivo deve submeter-se ao capital fixo para ter acesso à

renda e, pois, integrar-se socialmente pelo consumo (massificado e sem qualidade).

É o paradoxo que encontramos naquela fábrica na qual os operários lutam contra a exploração (por mais salários) e na qual, quando a fábrica está sob risco de fechar, os operários lutam para que não feche, ou seja, para que continuem a ser explorados. Assim, para salvar o “emprego” da indústria automobilística, o governo cria subsídios (por exemplo, reduzindo o IPI) para que se mantenha ou aumente a produção de carros que - além de participar do efeito estufa - ficarão engarrafados nas cidades congestionadas, a começar por São Paulo. Os paradoxos são na realidade o fato da inevitável contradição entre “valor econômico” e “significação social” da mobilização produtiva. O mecanismo fundamental deste quebra-cabeça é a convenção - capitalista - que nos impõe reduzir trabalho (produção social de significação) como atividade assalariada e dependente, redução da significação social a dois elementos dialéticos: o salário (custo a ser reduzido) e o lucro (objetivo instrumental a ser maximizado). No segundo pós-guerra, durante a hegemonia do fordismo, essas duas dimensões encontravam sua “síntese” na dinâmica do consumo: estatal e militar no caso dos países socialistas, militar e de consumo no caso do bloco ocidental. Mais estruturalmente, o trabalho vivo (capital variável) não sabia como tornar-se produtivo sem juntar-se ao capital fixo e, ao mesmo tempo, a dinâmica de seu salário real (resultado mesmo dessa subordinação) funcionava como elo articulador (e legitimador) entre a produção em massa e o consumo em massa.

No capitalismo cognitivo globalizado, o trabalho - como veremos - foi “saindo” do chão de fábrica, descolando-se do emprego e, com isso, perdendo sua capacidade de funcionar como padrão de mensuração (tempo de trabalho, custo do trabalho) das atividades produtivas e de consumo. Essa perda se traduziu - como sabemos - em perdas salariais e de direitos dos trabalhadores (enfraquecimento das organizações sindicais, diminuição

“A crise (...) tem em seu bojo esta contradição: o trabalho é cada vez mais difuso e o salário cada vez mais estilizado no espaço e no tempo”

da parte dos salários sobre a renda total, aumento do desemprego e da precariedade). Mas saindo da fábrica, o trabalho perdeu - potencialmente - aquela subordinação dialética que o identificava ao “emprego” (assalariado) e o mantinha numa relação inquebrantável de interdependência com o capital.

Retomamos um pouco nosso raciocínio. Saindo do chão de fábrica, o trabalho se difunde nos diferentes estatutos do emprego (informal, precário, temporário) e na vida (quando temos um emprego é nossa alma que é mobilizada e quando não temos um emprego, trabalhamos por conta própria, como prestador de serviço e/ou como consumidor). A produção passa a se organizar dentro das próprias redes de circulação. Por isso, a privatização dos serviços que dizem respeito ao funcionamento das redes é tão importante para o capital (e o neoliberalismo foi a retórica dessa investida capitalista de nossas vidas). O que caracteriza o capitalismo cognitivo, financeiro e globalizado é a desconstrução da relação salarial como operador do processo de produção e, ao mesmo tempo, sua manutenção como convenção extenuada de reconhecimento - necessariamente insuficiente - do trabalho. Por um lado, o trabalho explode em um sem número de estilhaços; pelo outro, só os estilhaços, que mantêm uma forma e um estatuto com a antiga relação de emprego, dão direito à renda e proteção social. A crise, como bem sabemos, tem em seu bojo esta contradição: o trabalho é cada vez mais difuso e o salário cada vez mais estilizado no espaço e no tempo: só a relação de débito - crédito permitiu deslocar esse

impasse para frente e manter os níveis de consumo necessários à realização dos lucros e a manter a pressão das lutas sociais, até a bolha do *subprime* estourar. A crise do padrão de valor baseado no trabalho assalariado (no tempo de trabalho) acaba aparecendo pelo que é: um subvalor, uma desclassificação do valor.

Com efeito, a crise permite (ou até obriga) uma resignificação da relação entre consumo e produção que passa necessariamente pelo enfrentamento do enigma do valor, ou seja, pela redefinição da convenção que junta dialeticamente trabalho e emprego, trabalho e capital. É nesse sentido que a crise é crise da ilusão financeira. Só que a ilusão não está do lado financeiro, mas daquele de uma produção real que não tem mais um padrão objetivo de valor e de exploração (o tempo de trabalho) de referência e o procura nas finanças. As finanças ofereciam uma dupla - ilusória - solução: a manutenção dos níveis de consumo por meio da expansão do crédito e a afirmação de um padrão de valorização atrelado ao processo de titrização (o fato de fatiar os ativos de crédito e espalmá-los no sistema bancário mundial, multiplicando as transações a partir de uma mesma e única operação de crédito-débito), que sustentava essa expansão do crédito.

Por trás da “ilusão” financeira há algo ainda pior e mais ilusório: a mistificação da acumulação capitalista organizada diretamente sobre a cooperação social e suas dinâmicas cognitivas, quer dizer, sobre um trabalho que corresponde às formas de vida que produzem formas de vida, diretamente dentro de uma cooperação social que não cabe mais na relação salarial. A crise obriga a pensar outra convenção. Dito de outra maneira, os conflitos que atravessam a crise dizem respeito à constituição de outras convenções, de outra sociedade e de outra economia.

O Comum como novo padrão de valor

Do lado do poder e do capital, isso parece organizar-se em torno do discurso do “crescimento ecologicamente

sustentável”, bem nos termos do debate que aconteceu diante da falência das montadoras norte-americanas: aquelas que sobreviverão (graças à intervenção estatal) deverão tornar-se mais enxutas (com menos empregados!) e produzir carros sustentáveis, mais compatíveis com o combate ao aquecimento global. Essa parece ser a orientação do Presidente Obama, inclusive nos fóruns internacionais, em que sua administração está revertendo por inteiro a posição dos Estados Unidos na luta contra o efeito estufa. Do ponto de vista capitalista, trata-se, ao mesmo tempo, da definição de um novo motor de crescimento e, sobretudo, da tentativa de restabelecer um critério de valor ao qual ancorar uma nova dinâmica da acumulação.

Esses deslocamentos estão longe de ser definidos, estáveis e fechados, e nada diz que essa resignificação possa acontecer sem uma redefinição radical dos próprios alicerces do capitalismo, quer dizer, do regime jurídico da propriedade privada. Por definição, a procura de uma economia sustentável não garante em si nenhum padrão objetivo-natural. Pelo contrário, passa-se a reconhecer as dimensões qualitativas e sociais da atividade econômica e, portanto, a desnaturalizar seus recursos (a água, o fogo, a terra, o ar). Esses passam a ser atravessados por critérios de valoração social que não cabem mais na simples contabilidade dos “custos”. De repente, a privatização do domínio público como direito irrestrito de usufruto de um bem precisa ser profundamente revisada, e acontece para os bens materiais exatamente o que já está acontecendo para os bens imateriais: a propriedade privada tem dificuldade de sustentar economicamente as posições adquiridas (por causa, por exemplo, da pirataria) e torna-se (na forma do *copyright* e das patentes) um obstáculo às políticas públicas (como no caso da quebra das patentes dos remédios para a luta contra AIDS) e até à própria dinâmica da cooperação criativa (que encontra novas formas de propriedade comum: o *copyleft* e o software livre).

Os paradoxos da empregabilidade

Voltemos à questão inicial: quem

está pagando a crise?

Já vimos que, por enquanto, quem paga são os “trabalhadores” em geral. As empresas - em âmbito mundial - estão aproveitando a crise para aprofundar e acelerar o processo, há muito tempo em andamento - de “enxugar” a produção, reduzindo ao mínimo a relação de emprego, encolhendo ainda mais uma relação salarial que já foi estilhaçada por quase três décadas de neoliberalismo. Tudo isso parece ter um agravante: o enxugamento está hoje acontecendo sem nenhum nível de reestruturação inovadora, segundo uma lógica de acumulação absoluta de mais-valia. Por um lado, como vimos, um dos primeiros efeitos da crise é um

“Os conflitos que atravessam a crise dizem respeito à constituição de outras convenções, de outra sociedade e de outra economia”

ulterior aprofundamento da precarização do estatuto do trabalho; por outro, é claro que esse caminho não é viável, pois ele alimenta o próprio mecanismo da crise.

No entanto, o trabalho continua a descolar-se do emprego, e o emprego continua a tornar-se, como dissemos “empregabilidade”. O que é a empregabilidade? Uma transação entre o capital, que compra a força de trabalho, e o trabalhador, que a oferece, nunca garante ao “vendedor” um retorno e uma proteção estável. O “vendedor” deve sempre estar em condições de ser “vendível”: empregável. A transação está sendo, na tendência, continuamente negociada e reaberta: a transação implica um custo que depende das condições de informação da procura (de mão de obra) e da oferta (de mão de obra). O efeito retórico mais visível

(e mais visado) dessa noção é aquele que privilegia o discurso sobre a informação, quer dizer a afirmação de que os “desempregados” são na realidade “não empregáveis”, porque não sabem nem onde, nem quem está procurando por eles ou não sabem o que deveriam saber para serem procurados. O desemprego é, assim, atribuído aos próprios desempregados e, *en passant*, ao mau funcionamento do mercado: as políticas públicas deveriam ir no sentido de informar (fazer circular as informações com as agências de emprego) e formar (com os cursos de capacitação profissional), para que o mercado funcione melhor. Mas o efeito material, aquele mais importante, é que se a transação é um custo, o menor custo será - a rigor - aquele de “transação nenhuma”, quer dizer de uma relação de emprego (salarial) que não acontece. Dito de outra maneira: por um lado, o capitalismo cognitivo diz respeito à mobilização das formas de vida em suas próprias dinâmicas sociais, inclusive reprodutivas. A vida se torna produtiva, sem mais passar pela relação salarial e confere ao desenvolvimento das forças produtivas uma potência nova e libertadora.

Por outro lado, a relação salarial (sua convenção) continua em vigor, baseada na continuidade da propriedade privada e no trabalho subordinado. Só que esse trabalho subordinado - constituído pelas próprias formas de vida - é, na realidade, um trabalho cuja dimensão produtiva já é dada antes da relação salarial. Isso se resolve no paradoxo que desenvolve pelo avesso o novo potencial de liberdade: o trabalho, tendencialmente, descola-se do emprego, mas, em troca, reduz-se à execução de um projeto cuja duração ideal será instantânea! A imensa potência produtiva do trabalho social se transforma assim em nova miséria para o trabalhador individual, cujo trabalho sem emprego não é mais reconhecido.

O fato de a crise financeira global fazer pagar seus efeitos aos trabalhadores, impondo o horizonte da “empregabilidade” não apenas como discurso, mas como condição, indica que a crise ainda está diante de nós, pois

a “empregabilidade” e seus “custos” se encontram em seu bojo: um capital que não emprega mais ninguém não consegue mais se valorizar. Ao mesmo tempo, no deslocamento do trabalho para fora de qualquer transação na execução de um projeto instantâneo, pois que essa é sempre um custo que deve ser reduzido a zero, o potencial de libertação do trabalho encontra um horizonte tão potente quanto o nível de socialização autônoma que passa a caracterizá-lo.

O “custo-Brasil” está nu!

Se não fosse trágico, seria até ridículo o que estamos assistindo desde o final de 2008. Ao longo de uma década (1990), o conceito neoliberal de “custo-País” (que foi aplicado em todos os países: lembremos o “custo-Brasil”) pautou as políticas de privatização, reestruturação e enfraquecimento dos sindicatos operários. Além disso, reduziram-se os serviços públicos a mercadorias às quais se passava a ter acesso (e não mais direito!) com base no mercado. Um racionalismo absurdo afirmava que o País (o Brasil) era um custo, como que um peso morto, para as empresas que seriam a única coisa viva. A lógica da acumulação (privada) era assim alçada a um estatuto inquebrantável, praticamente divino: o imperativo do “custo Brasil”, dizendo-nos que os interesses dos poucos (o lucro e a acumulação das empresas, portanto dos capitalistas, dos ricos), deverá ser a base da racionalidade dos muitos (os trabalhadores e mais em geral dos pobres). Ao paradoxo tradicional da inversão do sentido da produção de riqueza - o País (os muitos) é finalizado aos interesses das empresas (os poucos) para a produção de riqueza destinada a aumentar o poder dos ricos (e não para diminuir a pobreza dos pobres) - se desdobrou esquizofrenicamente: o próprio País (tendo ele se tornado um “custo”) deve ser reduzido, até eliminado. A fonte da riqueza: o País e sua população se tornam um obstáculo para uma acumulação que perdeu completamente os estribos, ou seja, uma âncora, um padrão, para seu “valor”.

Os paradoxos do mercado do trabalho no Brasil, onde encontramos altas taxas de desemprego aberto e, sobretudo, embutidas no emprego informal de baixa qualidade, e ao mesmo tempo as dificuldades de encontrar determinados tipos de “profissionais” são emblemáticos do fato de que a qualidade do trabalho acaba dependendo da qualidade de vida. No modelo industrial, eu precisava ter um emprego para, com base nisso, ter acesso a um padrão de consumo e serviços e, assim, educar meus filhos e participar da reprodução do ciclo de acumula-

“A fonte da riqueza: o País e sua população se tornam um obstáculo para uma acumulação que perdeu completamente os estribos, ou seja, uma âncora, um padrão, para seu ‘valor’”

ção. No capitalismo contemporâneo, eu preciso de um telefone celular no bolso para me conectar, de transportes públicos de qualidade para circular, de boa educação para me articular de maneira cognitiva dentro das redes de produção e consumo. Tudo isso é chamado pelo jargão econômico neoliberal de “empregabilidade”, custo de transação, custo de oportunidade, externalidades, capital social, capital humano, capital intangível, etc. De repetente, a fragmentação social se torna um obstáculo: o acesso proporcionado pelo mercado não funciona, a não ser de maneira intermitente, pela própria lógica do mecanismo que caracteriza a acumulação no capitalismo cognitivo. É o debate sobre “reduzir

gastos de custeio” para “aumentar investimentos”. Para além das questões eleitoreiras, temos aí a inadequação (e a mistificação) do discurso: numa economia do trabalho imaterial, os gastos em serviços e distribuição de renda são investimentos ... em capital humano... sem os quais não haverá as forças de trabalho necessárias, apesar do desemprego estrutural que caracteriza o Brasil. A substituição de tudo isso pela lógica do mercado (a privatização dos serviços) leva direto para o impasse da crise dos *subprimes*: o crédito acaba se substituindo à renda, mas o débito se torna impagável.

Hoje, essa inversão aparece em sua dimensão irônica e insustentável: as empresas (leia-se: o capitalismo contemporâneo) entraram em crise pela própria contradição estrutural (a esquizofrenia que apontamos acima), gerada pela lógica que transforma as bases da riqueza em “custos” que devem ser diminuídos, fragmentados, estilhaçados. Necessariamente, a redução do “custo” (as bases da riqueza) traduziu-se num drama da própria realização do valor: crise das bolsas e valores e tornar-se tóxico dos ativos financeiros. O quebra-cabeça típico do subdesenvolvimento (quer dizer uma pilhagem da população e da natureza que acaba reduzindo as próprias condições de “desenvolvimento”) apareceu no cerne mais avançado do capitalismo contemporâneo. Se, no curto prazo, isso funcionou graças ao processo de financeirização, no longo prazo, isso deu necessariamente na crise atual. A ampliação desmedida do crédito deu a ilusão de equacionar um descompasso que, na realidade, era apenas adiado (financeirizado), para depois estourar de maneira ainda mais violenta.

O sistema não foi direto por água abaixo só porque os bancos centrais (os Estados) despejaram nos mercados mais de uma dezena de trilhões de dólares liquidez que será paga pelos... muitos. Por que não se fala, nesse momento, de custo-empresa? De custo-banco, de custo-mercado-financeiro? Porque isso significaria pegar pelo avesso a teoria e a política dos custos de transação. Se a melhor transação possível entre forças produtivas e capital é aquela de custo

zero, quer dizer, aquela que não acontece, então é preciso que o trabalho vivo (sem o qual qualquer valorização é impossível) contenha o capital (fixo). Dito de outra maneira, se para o capital, a transação de custo zero era proporcionada pela sua financeirização (uma acumulação autorreferencial, tautológica, que a crise nos mostra em toda sua nudez) para o trabalho, isso funciona, potencialmente, pelo avesso: o trabalho que se torna produtivo sem passar pela transação é aquele que consegue socializar-se se passar pela relação salarial. É o trabalho (capital variável) que integrou o capital fixo, quer dizer a cooperação social e o conhecimento, bem como acontece nas redes sociais e técnicas. Mas essa não é uma transformação linear e determinista, pelo contrário, ela implica uma dimensão política, em particular no que diz respeito à questão da propriedade, por um lado, e o reconhecimento da dimensão produtiva de todo o tempo de vida que esse tipo de trabalho mobiliza, por outro. Sem a subversão de todo o dispositivo jurídico da propriedade de maneira a reconhecer, justamente no âmbito jurídico, a integração recíproca entre trabalho e capital, a mudança se dá como não reconhecimento do trabalho, logo como uma crise permanente.

Algumas conclusões provisórias:

Rumo ao salário universal como base de construção do Comum

Como dissemos, a crise não tomou proporções ainda maiores e dramáticas só porque os governos desempenham um papel essencial. Ao mesmo tempo, as intervenções públicas não conseguem evitar o impacto do aumento dramático do desemprego e da indefinição do modelo futuro. Ninguém sabe ainda quem e como pagaremos os trilhões de dólares emitidos para salvar o sistema bancário mundial.

Diante disso, temos três linhas de reflexão.

Em primeiro lugar, o aumento do desemprego se transforma em um drama social - inclusive nesse caso da crise - porque o “emprego” continua sendo a forma “convencional” de reconheci-

mento do trabalho e, por consequência, de determinação das condições de acesso à renda (isto é, ao salário) e ao próprio sistema de proteção social, ao passo que o trabalho se mobiliza de outras formas.

Em segundo lugar, a dimensão sistêmica da crise do capitalismo globalizado e financeiro tem sua origem exatamente nesse descompasso crescente. Por um lado, a vigência da “convenção” dominante que continua a identificar o trabalho ao emprego (assalariado, de tipo industrial), portanto, a subordinar a distribuição de renda à forma-salário (ter um emprego); por outro, no capitalismo que valoriza os elementos cognitivos (design, marke-

“A crise não tomou proporções ainda maiores e dramáticas só porque os governos desempenham um papel essencial”

ting, logística) dos bens, o trabalho investe a vida: nossas atividades de consumo (nos hipermercados, na internet, nos caixa-eletrônicos dos bancos), de comunicação (nos transportes e nos telefones celulares) e de produção (no chão de fábrica e nos *call centers*, onde é nossa alma que é explorada). Ou seja, por um lado, a convenção dominante apenas reconhece o trabalho que acontece sob a forma de emprego e nós temos a impressão de que o trabalho diminui, porque pensamos na “transação” salarial que é objeto de uma contínua diminuição; por outro, o trabalho, que se difunde na sociedade e confunde com a própria vida, não é reconhecido, a não ser nos estilhaços sem fim da fragmentação social, do trabalho precário. Eis a crise do *subprime*: uma força de trabalho precária e mal paga de jovens e imigrantes precisa de moradia de qualidade para

acrescer o que a ideologia neoliberal chamou de “empregabilidade”, quer dizer, seu “capital social”. Só consegue pelo mercado, isto é, comprando uma casa que sua renda não alcança pagar e deve, pois, recorrer a um crédito cujas prestações não consegue pagar e, enfim, a um empréstimo para pagar o empréstimo inicial (*subprime*): o débito já é impagável. A contradição fundamental é mesmo aquela desenhada pela difusão social do trabalho vivo e a permanência da convenção do emprego. Por um lado, o trabalho vivo, nossa própria vida, é mobilizado e essa mobilização não é reconhecida: a distribuição de renda continua atrelada ao fato de ter ou não um emprego. Assim, nós precisamos investir na qualidade produtiva dessa “nossa” vida, mas isso é ao mesmo tempo considerado um “custo” que deve ser eliminado. No lugar de nosso investimento aparece a especulação financeira: teremos acesso aos serviços (e não direito a eles) por meio do cartão de crédito e outros empréstimos. Por outro lado, o trabalho vivo se torna imediatamente produtivo porque integra e conta o capital fixo. Entretanto, essa hibridização de capital variável e capital constante é diversamente atravessada pelos dispositivos jurídicos do direito de propriedade. Ao passo que, na produção de saber, dentro das redes, a nova qualidade do trabalho consegue estabelecer domínios do comum (cf. o movimento do *copyleft* ou dos pré-vestibulares comunitários), os Estados continuam proporcionando - com consequências desastrosas das quais a crise é uma ilustração - o controle privado dos serviços, da terra, da cidade, das empresas.

Chegamos assim à terceira linha de reflexão, aquela que diz respeito ao Brasil. A brincadeira do Presidente Lula sobre as responsabilidades dos banqueiros “loiros e de olhos azuis” não poderia ter sido mais adequada para expressar de maneira popular um dos grandes sinais (invertidos) da crise: os países centrais, a começar pelos Estados Unidos, experimentam, enfim, a condição e as consequências das receitas que a tecnocracia imperial aplicou ao Sul ao longo de duas décadas

“É preciso reconhecer, como uma renda de cidadania, a dimensão produtiva da vida, a começar pela vida dos pobres”

de hegemonia neoliberal. Ao mesmo tempo, a relativa “estabilidade” da economia brasileira na crise tem um custo muito alto: as dimensões conservadoras de sua política monetária; a extrema flexibilidade de seu mercado do trabalho ultrainformal; a fraca democratização do crédito e do consumo popular. O governo brasileiro deve tirar todas (e não apenas algumas) as lições da crise: ela não somente demanda e determina uma maior intervenção pública (que já aconteceu), mas, sobretudo, uma reformulação da convenção que liga entre si trabalho e emprego. É preciso reconhecer, como uma renda de cidadania, a dimensão produtiva da vida, a começar pela vida dos pobres. As políticas sociais têm que ser um eixo estratégico da intervenção pública. A implementação de uma renda universal de cidadania é um momento fundamental: o Bolsa Família é, nesse sentido, um pequeno “grande passo” nessa direção.

Enfim, do ponto de vista do trabalho, tudo depende do que as lutas serão capazes de determinar e criar. Nesse horizonte, seria um erro para os sindicatos operários se limitar a defender os interesses dos trabalhadores do chão de fábrica ou os servidores, seria um erro pensar que a saída da crise significaria uma volta à “economia” real. Há somente uma economia, da qual as finanças são, ao mesmo tempo, um instrumento de controle (e de exploração, não mais do tempo de trabalho, mas do tempo de vida) e uma expressão da dimensão imediatamente social, cooperativa e horizontal da produção.

A resistência sindical é fundamental para afirmar que não cabe aos trabalhadores e aos pobres “pagar” por essa crise. Os sindicatos dos trabalhadores têm nessa conjuntura uma importância estratégica, juntamente aos outros movimentos sociais. Mas,

essa dimensão será realmente estratégica se conseguirem juntar a defesa do emprego com a defesa da distribuição de renda independentemente do emprego.

Nesse sentido, a reabertura de um horizonte pós-capitalista traz, em seu cerne, a necessidade de se pensar a democratização, a conquista pelo trabalho vivo, das próprias finanças. Se os operários de fábricas visaram conquistar o palácio de inverno e socializar os meios de produção (a revolução russa), os trabalhadores imateriais hoje devem conquistar (quer dizer constituir) a dimensão comum, radicalmente democrática, da moeda e da “empresa”, a começar pelos fundos de pensão!

LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Giuseppe Cocco.

Entrevistas:

* *Política do comum. Uma alternativa à crise econômica mundial?*, publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU, em 26-01-2009. Acesse em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=19474;

* *O ‘fazer multidão’ diz respeito à própria constituição da esfera pública* - publicada na revista *IHU On-Line*, número 266, de 28-07-2008. Acesse em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=15537;

* *Já saímos da sociedade salarial* - publicada na revista *IHU On-Line*, número 216, de 23-04-2007. Acesse em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=342&id_edicao=242;

* *O império e a multidão no contexto da crise atual* - publicada na revista *IHU On-Line*, número 293, de 18-05-2009. Acesse em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1621&id_edicao=321;

Artigo:

* *Uma crise sistêmica do capitalismo flexível, globalizado e financeirizado* - publicado na revista *IHU On-Line*, número 291, de 04-05-2009. Acesse em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1581&id_edicao=319.

CONFIRA OUTRAS PUBLICAÇÕES DO IHU NO ENDEREÇO

WWW.IHU.UNISINOS.BR

“O sistema financeiro de mercado é como o sismógrafo desta crise”

Para o economista francês Yann Moulier Boutang, o capitalismo cognitivo se apresenta como o único futuro possível do capitalismo, mas também como a possibilidade de uma bifurcação maior, na qual a acumulação do capital intelectual põe em crise a pretensão do capital de submeter o desenvolvimento da riqueza

POR GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

“**A** profunda crise financeira, além das questões de moral (...), nasce da aproximação brutal deste dois continentes corrediços: um se afunda no magma, o outro emerge, e o deslizamento corrediço das placas tectônicas gera sismos, tsunamis”, afirma o economista francês Yann Moulier Boutang, na entrevista que concedeu por e-mail à IHU On-Line. E, continua ele, “o sistema financeiro de mercado é como o sismógrafo desta crise”. Na visão de Boutang, “a crise é mundial num triplice nível: social, ecológico e cognitivo”, destacando que “a apologetica do capitalismo, dócil servidor da ética, do desenvolvimento duradouro, pode deixar-nos céticos. Durante trinta anos o sistema financeiro e seu lucro desenfreado foram os reis. Uma economia ecologicamente responsável realmente se instalou?”, pergunta ele.

Boutang participou ativamente do movimento de 1968. Em 1973, encontrou Antonio Negri, de quem permanece parceiro intelectual. Em 1974, criou a revista *Camaradas*, que sucede a *Materiais* e desenvolve os temas da autonomia operária, conceito adotado então na Itália por militantes procedentes do operariado (Autonomia Operária). *Camaradas* é um dos primeiros grupos do movimento autônomo na França. Após a autodissolução da revista *Camaradas*, Boutang participa, de 1979 a 1981, do Centro Internacional para Novos Espaços de Liberdade (CINEL), uma iniciativa de Félix Guattari. Atualmente é redator chefe da revista *Multitudes*.

De sua vasta produção intelectual, destacamos: *Des entreprises pas comme les autres: Benetton en Italie, le Sentier à Paris* (Paris: Publisud, 1993) (escrito com Maurizio Lazzarato e Antonio Negri); *De l'esclavage au salariat. Économie historique du salariat bridé* (Paris: PUF, 1998); *Le droit dans la mondialisation: une perspective critique* (Paris: PUF, 2002) e *Le capitalisme cognitif. La nouvelle grande transformation* (Editions Amsterdam, 2007). Confira a entrevista.

IHU On-Line - O capitalismo está mesmo em crise? O que caracteriza esta crise? Ela representa também a crise da teoria neoliberal?

Yann Moulier Boutang - O capitalismo, com efeito, está em crise. Uma formidável crise de transição; a certidão de óbito da economia fordista foi assinada pela falência da General Motors. A crise financeira assinala, como de hábito, esta mutação acelerada. A capitalização na Bolsa da GM caiu de 10 bilhões de dólares em 2007 para zero dólar em março de 2009, enquanto a da Google atravessa a crise a 100 bilhões de dólares. A economia ma-

terial, a mais material, está em crise total. Seu modelo social é obsoleto e repousa sobre uma deslocalização violenta. Ecologicamente ela está na ponta do rolo compressor, pois o mundo industrial anda no muro absoluto com sua generalização na China, na Índia, no Brasil, na Nigéria, na África do Sul, no México. Energia carbo-fóssil, mas também matéria-prima; poluição dos solos com uma destruição da biomassa, dos mananciais aquíferos, poluição alimentar com uma alimentação totalmente agroquímica há 30 anos, que começa a produzir os seus efeitos.

Mas a crise não nasce simplesmente

deste esgotamento (“miséria do presente”, como teria dito André Gorz), mas do formidável surgimento de outro modo produtivo, o conjunto das externalidades, então, não somente a lista das externalidades negativas que aumenta, mas também a produtividade, a mudança de ordem (Pascal dizia: “a imaginação se cansa de conceber, como a natureza de fornecer” ou, em termos modernos, “a realidade ultrapassa a ficção”) que advém com a descoberta do novo continente das externalidades positivas que se tornaram visíveis pela rede numérica e a inteligência coletiva. A profunda crise fi-

nanceira, além das questões de moral (sem interesse palpitante, pois a Igreja fez o inventário, há dois mil anos, dos sete pecados capitais), nasce da aproximação brutal deste dois continentes corrediços: um se afunda no magma, o outro emerge, e o deslizamento correção das placas tectônicas gera sismos, tsunamis.

O sistema financeiro de mercado é como o sismógrafo desta crise. A economia ortodoxa também sempre cega às externalidades malgrado os esforços da comissão Joseph Stiglitz/Amartya Sen implantada pelo Presidente Sarkozy, continua a falar de endividamento insustentável (a questão entre os keynesianos clássicos e os neoclássicos monetaristas que não conduzem senão aos retardamentos de reabsorção do endividamento, longo para os primeiros, muito curto para os segundos), quando a questão já não é mais aquela.

Uma crise de denominador

Temos uma crise não de endividamento, mas de denominador, isto é, daquilo a que se relacionam os 29.000 bilhões de dólares de dívidas dos Estados antes da crise e dos 20.000 bilhões de dólares suplementares que serão necessários a Obama e aos dirigentes do G20 para pôr em ordem um ciclo de investimentos verdes para reconstruir completamente o sistema industrial e, então, um gigantesco investimento na pesquisa e na inovação (isso constituirá o triunfo do capitalismo cognitivo volens nolens, [querendo ou não]).

Quando se relacionam essas somas que constituem mais ou menos uma média de 100% do PIB mundial à contrapartida da riqueza mercantil clássica, estaríamos em pleno delírio. A economia mundial deveria ter falido globalmente e nós já deveríamos estar numa situação pior do que a crise de 1929-1939, com seu corolário generalizado de guerras.

Ora, não é nada disso. Por quê? Porque o denominador já não é mais a economia clássica (a esfera da produção do mel no meu paradigma das abelhas e da polinização), mas a polinização. Ora, a ratio (a proporção)

“A economia mundial deveria ter falido globalmente e nós já deveríamos estar numa situação pior do que a crise de 1929-1939, com seu corolário generalizado de guerras”

entre o valor do output produtivo (o mel) e o outcome (a polinização) é de 1 a 350, ou de 1 a 1000 no mínimo. O sistema financeiro de mercado se constituiu essencialmente para fazer face às flutuações erráticas das taxas de câmbio flutuantes das moedas internacionais após 1971, bem como a das taxas de interesse que só é muito parcialmente fixada à escala nacional. Viu-se assim crescer de maneira gigantesca o volume das transações no mercado de troca e no de produtos derivados.

Para 150 bilhões por dia de PIB e de comércio internacional se tem 1500 bilhões de transação no mercado de trocas e quase 4000 bilhões de produtos derivados.

Como interpretar esse crescimento vertiginoso? Muito simplesmente por três razões:

a) a mais descritiva é que os agentes econômicos empreenderam cobrir-se sistematicamente contra as flutuações das taxas de câmbio e das taxas de interesse. Esta razão, por mais correta que seja, não esgota, longe disso, a questão. O que há, com efeito, por detrás desses dois, a cobertura contra o risco de câmbio e o recurso sistemático aos produtos derivados ou futuros? Chega-se, assim, à segunda razão da crise.

b) É a incerteza sobre o futuro da moeda mundial e a recolocação em

causa latente de Bretton Woods e seu regime de taxas de câmbio fixas em relação a um dólar, este apoiado sobre o ouro e depois liberado do ouro em 1971, que abriram um espaço ao mercado dos câmbios. O mercado financeiro mundial foi sistematicamente dessecionado (isso é a des-regulação), de maneira a facilitar os movimentos dos capitais, ao mesmo tempo para se investir, como para se desembaraçar. Toda a desregulamentação teve por objetivo permitir ao investidor procurar as taxas de interesse mais elevadas possível. Resultaram flutuações do dólar, a moeda internacional que, combinadas à das taxas de interesses submeteram os aparelhos produtivos, bem como as economias nacionais a tensões contínuas sem comum medida com aquelas às quais elas tinham sido confrontadas anteriormente. As consequências desta transformação induziram a financiarização de toda a economia, incluindo seus compartimentos ordinariamente menos expostos (a redistribuição das rendas, os sistemas institucionais de pensão, de investimentos públicos). Esta instabilidade estrutural dos ajustamentos é, como o sustentam os seus defensores ortodoxos, o resgate de uma alocação ótima dos capitais e um fator de equilíbrio em longo prazo?

Esta instabilidade estrutural dos ajustamentos é, como o sustentam os seus defensores ortodoxos, o resgate de uma alocação ótima dos capitais e um fator de equilíbrio em longo prazo?

Não, e que isso fique bem entendido. Mas, um retorno à situação do fordismo não é realmente concebível. Na realidade, além dos problemas técnicos despertados pela instabilidade das taxas de câmbio e das taxas de juros, há duas questões de fundo que se instalaram de maneira lenta, mas segura.

Altos rendimentos e riscos elevados

A primeira é a divergência durável das taxas de juros, ou seja, do custo do dinheiro. Uma mesma soma de dinheiro vai significar entre 1,75% ao ano (é a taxa de juro praticada sobre os libretos A de caixas da Espanha na

França, e vai baixar a 1,25%) e aproximadamente 0,5%-1% (é a taxa praticada pelos bancos centrais americano, inglês, japonês e europeu). E, de outro lado, 35 a 40% para os capitais colocados pelos Hedges Funds (fundos especulativos). Entre estes dois extremos, existe um escalonamento: um rendimento de 6 a 8 % para as empresas (sem a inflação e as taxas básicas de juros); os famosos 15% exigidos pelas empresas financeiras, ou seja, governadas segundo os princípios do “price earning ratio” e da “boa governança” para os acionistas; os 20% dos bancos, e acima o rendimento dos capitais situados nos produtos financeiros transitando pelas salas de mercados, os private equity, os fundos soberanos. Intercalam-se, nesta escala, taxas de rendimento dos investimentos imobiliários (de 6% a 50% segundo a natureza mais ou menos especulativa), os 10 a 20% dos empréstimos bancários a descoberto ou do crédito “de giro”. Um economista ortodoxo dirá que tudo isto é absolutamente lógico, rigoroso e bem situado, já que os altíssimos rendimentos estão associados a riscos muito elevados. De fato, em economias de forte crescimento, com ampliação contínua dos mercados (com a entrada da Índia, da China, do Brasil no mercado mundial), com entradas sem cessar renovadas no acesso à propriedade, como fora o caso nos famosos subprimes (ver as análises muito convincentes de Paul Jorion), a mutualização dos riscos, a diluição das responsabilidades, a capacidade imediata de engajamento como de descomprometimento em prazo muito curto, elevaram totalmente os fatores dissuasivos ligados ao risco. Os muito ricos não conseguiram resistir ao atrativo de multiplicar seus ganhos muito rapidamente; e quanto aos pobres, os contratantes de empréstimos hipotecários sem garantia de depósito prévio, estes assimilaram a célebre lição de Keynes: se você deve 10.000 euros ao banco, é você que tem um problema com seu banco, mas se você deve 100 milhões de euros ao seu banco, é ele que tem um problema com você. As salas de mercado, ou seja, as finan-

ças privadas também aplicaram este ensinamento vis-à-vis do prestador em último recurso que são os bancos centrais, e o banco central americano faz o mesmo ante os outros bancos centrais. Aquele que por sua falência faz correr todo o mundo será necessariamente salvo. E então, quando o Northern Rocks Bank e a Bear Sears, em 2007, depois a Lehman Brother e o Royal Bank of Scotland, na segunda vaga foram a pique, o sistema financeiro ameaçado de desmoronamento total evitou a repetição de 1929. Com duas reservas: a financeirização da economia e em particular da indústria é muito mais profunda do que nos anos 1930; de outra parte, a situação de endividamento dos Estados nada mais tem a ver com a Grande Crise.

Hoje os Estados podem efetuar tanto menos uma “purga” radical, uma vez que eles deviam financiar a cada ano, na entrada da crise, uma dívida

“O denominador já não é mais a economia clássica”

de 29.000 bilhões de dólares e que eles foram constrangidos a acrescentar a esta dívida uns vinte trilhões de dólares. Para um PIB mundial de 55 trilhões chegamos a 100% de endividamento. O sistema financeiro atual (com seus Hedges funds, seus paraísos fiscais, seus private equity) desempenha o papel dos granjeiros gerais na véspera da Revolução francesa. A solução mista que consistiria em adotar uma maneira brutal com a poupança privada e pública mundial flutuante implicaria em fazer andar o quadro com cédulas de dólares de maneira muito mais forte do que atualmente. Mas o dólar ainda representa 70% das reservas retidas pelos outros países (contra 25% para o euro e alguns % para a libra esterlina e o yen, e o Japão e a China detêm trilhões de dólares de bônus do Tesouro americano, sem contar as obrigações Fanny Mae e Freddy Mac, um organismo quase público que

garante os empréstimos hipotecários americanos). Uma emissão de dólares abertamente demasiado inflacionária conduziria a uma desvalorização brutal de seus créditos. A economia mundial chegou a evitar o desmoronamento imediato de tipo Grande Depressão dos anos 1930-1935, mas a indústria será tocada de maneira estrutural bem mais fortemente do que pelo modo como faz face à crise ecológica. Mas, daqui em diante ela é pressionada pelo risco de falência dos grandes Estados, de crise fiscal dos Estados e de crise monetária da hegemonia do dólar. Ora, para manter margens internas de manobra, necessárias para reformar a segurança social americana, os Estados Unidos precisarão recorrer ao privilégio de senhoria que lhes dá o estatuto do dólar, de ser moeda internacional de reserva. A China e a Rússia não se enganaram. E, se a União Européia quiser evitar uma estagflação à japonesa, ela deverá, cedo ou tarde, recolocar em questão o privilégio do dólar. Mas então será preciso assumir para o Euro um papel internacional e então adotar o déficit federal (atualmente interdito) e emitir empréstimos em bônus do tesouro europeu.

Venhamos agora à segunda causa estrutural de desequilíbrio que persiste durante a crise e que se formara lentamente nesses últimos trinta anos. Os rendimentos financeiros muito elevados do sistema financeiro privado traduzem duas coisas aparentemente contraditórias. Conforme a análise clássica (incluindo Keynes), a exigência de 20% ao ano traduz uma necessidade de capital da economia global em longo prazo, mas a concentração em operações de curto prazo (produtos derivados, risco de troca) expressa o sentimento de forte risco global que pesa sobre o sistema mundial. O risco significa, na realidade, que os agentes econômicos e políticos (jamais se viu que os dois fossem duradouramente dissociados) não chegam a pôr-se de acordo sobre os preços de longo prazo. Neste caso, as flutuações “erráticas” das taxas de câmbio e das taxas de juro não são simplesmente o fato da suspensão da convertibilidade do dólar em ouro, em 1971. Elas traduzem uma

ascensão da incerteza política e social num sistema que deixou de ser estabilizado pela guerra fria. O impasse ecológico, que faz aparecer a impossibilidade absoluta, em longo prazo, de possuir o mesmo modo de desenvolvimento, acrescenta uma camada ou um anel de incerteza.

IHU On-Line - Quais são os principais limites da economia que aparecem com esta crise?

Yann Moulier Boutang - Este longo preâmbulo vai me permitir responder de maneira mais concisa à questão. Responde-se geralmente que a procura de lucro em curto prazo é o principal limite. É uma resposta insuficiente e superficial, pois o prazer do lucro data de Matusalém e o capitalismo mostrou por diversas vezes, no decurso de sua movimentada história, que ele sabia, para salvar sua cabeça, desembaraçar-se de sua franja especulativa e parasitária. O exemplo mais flagrante do século XX é sua resposta ao desafio levantado pelo comunismo ou “socialismo real”: o capitalismo soube fazer-lhe sua NEP, seu New Deal e seu futuro planejador, regulador. Naturalmente ele não o fez totalmente sozinho. Foram os conflitos sociais que impeliram poderosamente à implantação do Estado Providência, do salário fordista. E então, quais são os limites históricos atuais do capitalismo? Atenção! O termo “limite” não significa contradição total, conduzindo a uma explosão final. Ele designa antes uma fase muito delicada na qual uma bifurcação histórica, uma mutação *pode* aparecer.

A crise é mundial num tríplice nível: social, ecológico e cognitivo. O nível ecológico é o mais visível. Ele começa a inscrever-se no horizonte imediato dos consumidores, dos produtores, mas também dos vivos enquanto tais e, mais simplesmente, na ideologia e na opinião que se pode ter sobre o futuro em longo prazo do planeta azul. O diagnóstico é simples: o capitalismo (e a economia política toda, como bloco epistêmico tão solidário do capitalismo, como o Tomismo o é da sociedade medieval católica romana) descarregou sistematicamente os custos reais numa “natureza” supostamente ilimitada e sem preço, no

sentido trivial do termo. Não sem preço, então, ou fora de preço, ou a um preço altíssimo, mas sem preço como aquilo de que se pode dispor sem ter vergonha, sem jamais pagar o que quer que fosse. Aparece, agora, que esses traços esboçados chegam numa perspectiva de longo prazo e que as gerações futuras correm o risco de pagar os custos; o pior é que o próprio habitat (a biosfera) está em causa. Por não ter levado em conta as externalidades negativas do capitalismo, que se apresenta todo “racional” e “weberiano”, o mesmo devastou o planeta de maneira selvagem. A irracionalidade do produtivismo socialista ou capitalista está atualmente no mesmo banco dos réus. A única diferença é que o primeiro foi ainda mais incapaz de entrever o problema do que o segundo (mas este tem mais a ver com a expressão

“A financeirização da economia e em particular da indústria é muito mais profunda do que nos anos 1930”

das contradições numa democracia do que com o capitalismo enquanto tal). Dir-se-ia, mais precisamente: vede como o capitalismo pode se reformar e endogeneizar todos os seus efeitos externos. Uma bolha verde não está a ponto de se desenvolver na Califórnia? E, para obter resultados rápidos em matéria de ecologia, de indústria verde, a regra do lucro, o sistema financeiro do mercado será indispensável.

Uma economia ecologicamente responsável realmente se instalou?

A apologética do capitalismo, dócil servidor da ética, do desenvolvimento duradouro, pode deixar-nos céticos. Durante trinta anos o sistema financeiro e seu lucro desenfreado foram os reis. Uma economia ecologicamente responsável realmente se instalou? A indústria automobilística, após o pri-

meiro choque petrolífero, foi colocada ante a perspectiva do esgotamento dos recursos de hidrocarbonantes. Ao cabo de três choques petrolíferos, foi necessária uma crise financeira, a falência da General Motors e as injunções quase planificadoras da nova administração americana para que o veículo verde saia do papel. São necessários choques violentos das grandes potências sobre o controle das matérias primas para que a evidência do impasse da generalização planetária do desenvolvimento industrial ocidental (euro-americano e japonês) e para que a ecologia saia do gueto chique em que a escanteavam os sarcasmos dos realistas cínicos. Mas, o verdadeiro limite do capitalismo está alhures: é como sistema total (econômico, social e político) que ele dá prova de seus limites. Face ao problema das externalidades, a economia ortodoxa propõe ampliar um pouco mais os mecanismos de mercado (requintando-os) e a esfera da biosfera, dos seres vivos, da cultura. Mas, já se viu como o sistema do quase mercado das “permissões de poluir” era ineficaz em relação à taxa de carbono.

Num nível mais macro-econômico, o limite no qual o capitalismo puro de mercado está a ponto de tropeçar é o seguinte: para reestruturar totalmente a indústria, o consumo, os serviços, o habitat, os transportes de maneira sustentável, serão necessários enormes investimentos ao mesmo tempo cognitivos, imateriais, mas também materiais. O relatório Stern¹ avaliava, em dezembro de 2006, em 1% do PIB mundial os investimentos anuais necessários para frear o aquecimento climático. Quando se põe passo a passo os esforços a fazer em matéria de água, de preservação das florestas tropicais úmidas, de poluição química, de erosão dos solos, de preservação dos recursos haliêuticos,² da biodiversidade, chega-se a 2,5% do PIB atual. Todos em um contexto de abrandamento do crescimento clássico. São, pois, necessários investimentos consideráveis: o problema é que não se pode esperar

¹ Amplo espaço é dado a este relatório no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Confira em www.ihu.unisinos.br (Nota da IHU On-Line)

² No setor pesqueiro. (Nota do tradutor)

que os capitais a levantar para esses investimentos em longo prazo gerem um lucro contábil importante.

A menos que se transforme totalmente a contabilidade, introduzindo um PIB negativo e um lucro negativo nos investimentos clássicos, que abaihariam brutalmente o seu rendimento, a menos que se façam praticar pelos Estados taxas de juros de base negativas, ou enfim, a menos que se modifique o sistema fiscal, taxando-o de maneira quase confiscatória e concedendo escalonamentos fiscais ecológicos, não se vê como a poupança privada iria situar-se em investimentos num desenvolvimento durável: o ganho que se pode obter atualmente é muito frágil. Eu creio que esse “para onde” o capitalismo deverá tender se ele quiser sobreviver, é uma espécie de capitalismo social de Estado e não uma economia social de mercado.

A dupla crise no plano social

No plano social, a crise é dupla. Ela se desenrola no seio dos países ricos com um cruzamento das desigualdades entre os muito, muito ricos e os pobres, em particular com ganhos astronômicos dos mais ricos e a reaparição de um fenômeno que havia desaparecido no Estado Providência, o dos ‘working poors’ [pobres que trabalham]. Nos países em via de desenvolvimento, o cruzamento das desigualdades internas se acentua (o Brasil faz exceção graças a dispositivos de tipo Bolsa Família), mas existem também as desigualdades entre os países mais ricos e os países mais pobres; O único ganho sólido que constituía o cartão de visita do capitalismo liberal (ter arrancado da pobreza 400 milhões de seres humanos no Sul) está seriamente ameaçado. Mais da metade desta cifra está a ponto de ser aniquilada pelo desemprego. Os resultados do micro-crédito, desenvolvidos pelo Grameen Bank³ em Bangladesh estão fragilizados. Os “trente piteuses”⁴ de

3 Amplo espaço é dado ao Grameen Bank no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Confira em www.ihu.unisinos.br (Nota da IHU On-Line)

4 Os “trinta lastimáveis”: denominação dada na Europa aos negócios após o bloqueio petrolífero de 1974, em oposição aos “Trinta gloriosos”, termo usado para o plano econômico após a Segunda Guerra Mundial. (Nota do tradutor)

1975 a 2005 viram uma degradação do Estado Providência no Norte, sem que por sua vez o Sul tenha se saído completamente bem no negócio.

No plano cognitivo a crise é menos visível, mas igualmente efetiva. Certamente, após 1991, o OCDE reconheceu que somente as economias fundadas no conhecimento tinham futuro. Mas, como ocorreu com o imperativo ecológico (já afirmado pelo Relatório do Clube de Roma em 1972), as recomendações práticas permaneceram como letra morta. A União Européia se comprovou incapaz, salvo no caso da Finlândia, da Suécia e da Dinamarca, de consagrar 3% do PIB à pesquisa. A estratégia de Lisboa, lançada em 2002, não impediu uma acumulação do atraso europeu no domínio das novas tecnologias (informática, biotecnologias, tecnologia numérica). As univer-

“A situação de endividamento dos Estados nada mais tem a ver com a Grande Crise”

sidades e a pesquisa continuam aquém do esforço a ser feito. Pior ainda, as exigências de “rentabilização” da “corporate gouvernance” das universidades agravaram a situação, promovendo exigências de tipo industrial e de ciência aplicada em setores em que a inovação ascendente e a pesquisa fundamental são indispensáveis.

De fato, a terceira dimensão da crise tão estrutural quanto a dimensão de instabilidade financeira e de impasse ecológico é a da grande transformação do capitalismo: a passagem do capitalismo cognitivo, ao qual retornarei mais adiante, constitui uma metamorfose difícil, uma sacudida. Com a possibilidade de uma bifurcação. A partir de 1975 a crise acompanhou uma imaterialização crescente da economia, isto é, um deslocamento do valor econômico para a captação

das externalidades, desta vez positivas. No capitalismo cognitivo emerge o trabalho mais produtivo, criador de riquezas e suscetível de um novo modo de apropriação que é a cooperação dos cérebros conectados em rede numérica e a inteligência. Esta última é tanto mais valorizada quanto a revolução numérica: codifica as funções repetitivas realizadas pelo cérebro e as desvaloriza em proveito da repetição inventiva (Tarde)⁵.

Desta maneira, as velhas formas de apropriação de valor diminuam. Seu papel não é mais hegemônico. Para explorar o que eu chamo de cognitariado ou de cibertariado, é preciso liberar espaços comuns e promover a gratuidade. Em síntese, fazer viver espaços comunistas que são também limites internos sérios às regras clássicas de propriedade privada. A lógica livre, o gratuito, o modelo Google, são uma ilustração dessa mistura destoante de comunismo do capital e de lucralidade excepcional em relação ao velho capitalismo industrial que é dinossaurizado (= tornado semelhante aos dinossauros). Os bens como conhecimentos, ou cognitivos, que determinam cada vez mais a riqueza efetiva da humanidade, apresentam por sua natureza as características dos bens públicos. Sua transformação em bens mercadológicos é cada vez mais difícil. O capitalismo cognitivo não é somente o novo estandarte da modernidade (como o capitalismo industrial o foi em relação ao escravagismo da economia de plantação), ele faz a leitura de uma visão radicalmente diversa da humanidade. O comunismo do capital não é somente um problema para Bill Gates, que trata os adeptos dos softwares livres como “novos comunistas” e os que trabalham em “peer to peer”⁶ como piratas. Google, para prosperar (100 bilhões de capitalização em bolsa para 20.000 empregados contra quase zero para os 250.000 empregados da General Motors) com Google Book, Gmail, etc., põe em crise o velho modelo de mercado, as indústrias

5 Jean-Gabriel de Tarde (1843-1904): sociólogo, psicólogo e criminologista francês. (Nota da IHU On-Line)

6 Peer to peer: arquitetura de sistemas distribuídos, caracterizados pela descentralização das funções na rede.

culturais repousando sobre as três velhas forças da propriedade intelectual (patente, direitos de autor, marcas). O capitalismo cognitivo se apresenta, então, ao mesmo tempo, como o único futuro possível do capitalismo, mas também como a possibilidade de uma bifurcação maior, na qual a acumulação do capital intelectual põe em crise a pretensão do capital de submeter o desenvolvimento da riqueza.

IHU On-Line - Que alternativas podemos imaginar neste momento, do ponto de vista econômico?

Yann Moulier Boutang - A alternativa que está a ponto de se forjar sob nossos olhos é dominada pela urgência ecológica e a possibilidade de uma catástrofe financeira ainda maior. Como eu indicava antes, não convém jamais subestimar o poder de adaptação do modo de produção capitalista (em relação àquele dos modos históricos que o precederam). A alternativa parece simples: seja enquanto o capitalismo chega a regular o sistema financeiro privado de mercado, a canalizá-lo para um desenvolvimento sustentável e a organizar um novo compromisso histórico, seja enquanto se assiste, desde os primeiros sinais de estabilização da crise, à retomada das mesmas receitas como aquelas que prevaleceram após as crises financeiras de 1982, 1996, 1998, 2001, esta retomada do neoliberalismo matinal de intervenção do Estado se fará no sentido de um reforço ou de um re-achatamento do capitalismo neo-industrial (exacerbação da concorrência, aumentos contínuos das tensões nacionalistas, guerras locais, não excluindo o uso limitado da arma atômica) como a era Bush deu o antegosto.

Eu creio que a alternativa brutal será tanto um *New Deal* e o êxito de Obama, portanto uma retomada da iniciativa capitalista com um novo compromisso social (do qual a generalização da cobertura social dos Estados Unidos à europa e a constituição de um verdadeiro Estado providência na China e nos outros gigantes do Sul são a expressão mais nítida), ou antes, um Estado neo-cooperativista autoritário

e petro-industrial e uma situação muito mais caótica das cidades selvagens, da estagnação, da anarquia ecológica com ilhotas, dos condomínios assegurados e privilegiados em 'no man's lands [terras de ninguém] metropolitanas deterioradas. O modelo russo e/ou o chinês são bastante representativos desse futuro possível.

Toda a dificuldade para uma iniciativa que favoreça uma alternativa aberta, democrática e inteligente é a de apoiar a frente *New Deal* institucional (incluída aqui em matéria de governo mundial) e de impulsionar a lógica comunista do capitalismo cognitivo sem perder as capacidades específicas de construir um capitalismo em que este último pereceria como poder global.

Contrariamente ao que defendem

“A alternativa que está a ponto de se forjar sob nossos olhos é dominada pela urgência ecológica e a possibilidade de uma catástrofe financeira ainda maior”

alguns da extrema esquerda (Daniel Bensaid,⁷ por exemplo), não é verdade que a questão do *New Deal* seja um puro embuste, pelo qual conviria se deixar envolver. Para retomar a terminologia antiga, na frente única contra a guerra das civilizações e o complexo militar-industrial, é indispensável o Estado de segurança. Partidários da democracia radical e de uma nova política ecológica tem todos a ganhar com o êxito de Obama nos Estados Unidos. O estado real das forças alternativas é demasiado frágil no capitalismo após o desmoronamento do socialismo

⁷ Daniel Bensaid (1946) filósofo e líder do movimento trotskista na França. (Nota da IHU On-Line)

real como perspectiva (comunismo e social-democracia confundidos) para que os políticos do pior, desejando a vitória da ala mais reacionária do capitalismo petro-industrial, conduzam a outra coisa do que a um fracasso retumbante.

Toda a dificuldade é a de fazer crescer uma autonomia de pensamento, de iniciativa e de organização na vaga de transformação do capitalismo, pois é somente no cerne desta dinâmica que poderá se enxertar a bifurcação possível.

IHU On-Line - Da escravidão passamos ao trabalho assalariado. E agora, com a crise, qual o próximo passo?

Yann Moulier Boutang - O compromisso social a reconstruir com o capitalismo cognitivo (o único que poderá suportar o choque desta conquista) é um enfraquecimento decisivo do salarido livre como rendimento de existência, permitindo o desdobramento da atividade polinizadora humana coletiva. A reivindicação de um rendimento de subsistência progride em todos os compartimentos da sociedade e em todos os países. A grande transformação em curso (e mais ainda enquanto atravessamos a crise atual) não pode ser gerada enquanto o trabalho e o emprego não forem inteiramente reconfigurados em sua codificação institucional. Há muitas atividades humanas produtoras de riquezas e pouco trabalho e emprego, porque estes últimos estão ligados prioritariamente à produção de bens de mercado ou comerciáveis. Enquanto não revisarmos de maneira radical o peso do setor da economia que produz externalidades⁸ positivas, teremos um déficit estrutural do emprego e um falso subemprego. As soluções de tipo: trabalhar mais, aumentar a duração do trabalho reduzindo direitos à aposentadoria não são simplesmente ultrajantes para a importante parte da população confinada a tarefas idiotas, inúteis, humilhantes, que há muito tempo deveriam ter sido confiadas a robôs, pois elas são incongruentes no melhor, estúpidas no

⁸ Externalidades: atividades que envolvem a imposição involuntária de custos ou de benefícios, com efeitos positivos ou negativos sobre terceiros.

pior do pior que compreende as novas tarefas e mini-atividades realmente produtivas. Numa economia de tipo cognitivo, dominada pela polinização e não pela produção subalterna de mel (inútil até o limite), a convenção de emprego, de cobertura social, os novos direitos dos novos trabalhadores devem estar ligados à garantia da possibilidade e à continuidade da atividade polinizadora. Abaixo as formigas dos economistas que trabalham, pois elas são idiotas sob este ponto de vista (pois, para revirar os solos não há nada melhor), bem como as cigarras consumidoras. Sobrevivam as abelhas que, vivendo muito simplesmente, constituem a malha indispensável de reprodução do ser vivo.

IHU On-Line - Quais as principais controvérsias e inovações em torno da emergência do capitalismo cognitivo? Quais são as grandes transformações trazidas por ele?

Yann Moulier Boutang - A hipótese da emergência de um capitalismo de terceiro tipo se choca com diversos tipos de objeções. O primeiro tipo de crítica, o menos interessante, consiste, a meu ver, em negar que haja uma transformação de natureza do capitalismo. Sob pretexto de se permanecer no interior do capitalismo, as mudanças não ocorreriam realmente. Não há nada de novo sob o sol. O incômodo desse tipo de objeção é que historicamente o capitalismo já se transformou profundamente. É verdade que, se muitos se obstinam em considerar que o capitalismo só começa por 1780, se é condenado a não compreender grande coisa da história mundial. A segunda razão pela qual esta objeção não vem ao caso, é que o próprio capitalismo não é realmente cego ao seu próprio movimento. Se meus críticos não crêem no capitalismo cognitivo, que eles observem atentamente o que pensam disso os próprios chefes!

O segundo tipo de crítica consiste em reconhecer que há realmente uma tentativa de transformação radical no seio do capitalismo, mas que se trata de uma pura utopia, de uma ideologia de cobertura; o capitalismo, como o guepardo de José Tomaz de Lampe-

dua, estaria prestes a tudo mudar para que nada mude. Mas, o capitalismo não é a história da consciência de classe das elites patronais ou das classes dominantes. Ele é um processo social antagônico. Sem dúvida, os nobres sicilianos acreditavam preservar o essencial, mas sua época (o fim do século dezenove) foi o de uma gigantesca transformação com o nascimento da grande empresa capitalista de dimensão multinacional e monopolista, uma coisa muito mais característica do capitalismo do que o mercado ou o comércio mundial que se encontra em períodos históricos muito diversificados.

Sim, o capitalismo se reforma e sabe se reformar para se salvar. Sim, é um processo “revolucionário” e ao mesmo tempo vergonhosamente reacionário. Tanto pior para aqueles que não compreendem esta evidência que

“Não convém jamais subestimar o poder de adaptação do modo de produção capitalista”

Marx teve muita dificuldade em impor aos ingênuos líderes do movimento obreiro proudhoniano ou bakuniniano, bem como aos oportunistas da social-democracia nascente.

A superioridade metodológica do movimento operário italiano é de nos ter feito compreender de uma boa vez por todas que por trás do reformismo do capital, mesmo do mais descabelado, ou do mais elitista, havia sempre um avanço das relações de classe.

Eu me dei mal, muito mal mesmo entre amigos muito próximos e teóricos de grande valor por admitir que, após trinta anos de contra-revolução neoliberal, nós entramos numa fase de New Deal e que esta era uma virada histórica em função da qual era preciso rever estratégias, caso se desse uma transformação radical da sociedade. Quando, desde 1998, eu falei do caráter inelutável de um novo New

Deal, tomaram-me por um iluminado. Dez anos mais tarde só se fala disso, não nos salões, entre as elites confidenciais, mas entre os chefes de Estado do planeta e no coração do santuário do poder do capitalismo mundial.

Eu verdadeiramente não creio que se trate apenas de um exercício de retórica.

A terceira objeção ao capitalismo cognitivo nasceu na crise financeira. Muitos economistas radicais ou marxistas vêem nele a falência total do capitalismo, a perspectiva de seu desmoronamento e com ele o do capitalismo cognitivo, que não representaria mais do que uma forma de renda ligada ao capitalismo financeiro especulativo.

Trata-se de uma crise de medida, de medida da riqueza e de sua apropriação.

Esta crise não anuncia a derrocada do capitalismo, mas é uma crise de controle. O sistema financeiro privado de mercado não vai desaparecer. O que ele descobriu, ou seja, o poder multiplicador quase infinito do crédito não vai desaparecer, mas será, no melhor dos casos, uma reciclagem controlada pelos Estados. No denominador do endividamento dos agentes econômicos, isto é, em garantia do caráter reembolsável do empréstimo, já existe faz horas outra crise do que a base miserável do capitalismo industrial produtor de gás carbônico ou de petróleo; há a polinização das biotecnologias, das nanotecnologias, o poder produtivo das multidões e não mais aquela das massas seriais do período moderno fordista.

IHU On-Line - O que caracteriza a terceira idade do capitalismo?

Yann Moulier Boutang - A liberação do poder produtivo da inteligência coletiva, agora transversal ou ortogonal no plano de seu confinamento nacional e popular. O capitalismo industrial havia descoberto o poder do povo, como a armada revolucionária se comprovara mil vezes mais eficaz do que a armada do antigo regime. Pois bem, o poder das multidões trabalhando em rede numérica marca novamente o salto

“Sim, o capitalismo se reforma e sabe se reformar para se salvar”

para outra ordem (como diria Pascal).

O decálogo prodigioso entre a nova base produtiva da força produtiva intelectual e a base miserável da organização política herdada da era das nações (o século XIX) e da construção internacional tão dificultosa do século vinte nutre agora uma exigência de democracia radical, que por primeira vez pode ir ao fundo das coisas. Contrariamente ao que quer fazer crer o discurso insuportável e triste do “desencantamento do mundo”, bem como as lições cínicas sobre a queda do ideal comunista e socialista, jamais a utopia, a utopia no sentido do desejo de uma sociedade de justiça capaz de habitar a terra, tem realmente feito sentir sua necessidade. Esta necessidade de democracia à altura da inteligência é o antídoto ao catastrofismo e ao culto da impotência ante o espetáculo da loucura do mundo.

IHU On-Line - Quais os desafios da *Multitudes* frente a esse cenário de crise? Qual tem sido o foco que orienta o trabalho editorial da revista e como ela pretende contribuir para a reflexão e a compreensão desta fase na economia mundial?

Yann Moulier Boutang - Como eu expliquei mais acima, a derrocada do comunismo e depois o da socialdemocracia após aquela das veleidades revolucionárias que partem do ciclo de 1968 no mundo, face à retomada de uma iniciativa reformista capitalista em pleno centro da crise (Obama na Wall Street!), abre imensas campos de ação. O da reconstrução de uma subjetividade teórica, política, diversa do que nas respeitáveis invocações de uma lembrança já arqueológica da chama revolucionária comunista (ver a última obra de Alain Badiou⁹) é real-

mente necessária.

Há atualmente três fontes do pensamento radical a combinar:

a) a tradição revolucionária, muito mais do que a tradição comunista (pois a tradição revolucionária é mais rica, mais variegada, mais estriada, pois ela brota de todas as famílias históricas das diferentes heresias, das diferentes cores de pele;

b) a tradição de libertação (a que provém da luta contra o capitalismo escravagista mercantilista, da luta das mulheres, da luta dos povos mestiços e aborígenes que se exprime na poderosa corrente pós-colonial latino-americana;

c) a tradição ecologista, que tem a vocação de reconstruir a armadura da relação com uma nova racionalidade.

Estas três correntes já se fundem, mas na economia política, na ciência política o caminho ainda é longo. No entanto, *Multitudes*, como Revista, mantém esta direção com alguns resultados no plano de uma nova definição da ecologia política.

LEIA MAIS...

>> Yann Moulier Boutang já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line.

Entrevistas:

* *A bioprodução. “O capitalismo cognitivo produz conhecimentos por meio de conhecimento e vida por meio de vida”*. Publicada na IHU On-Line número 216, de 23-04-2007. Acesse em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=347&id_edicao=242;

* *Refundar a noção de emprego e de salário*. Publicada na IHU On-Line número 177, de 24-04-2006. Acesse em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158345977.61pdf.pdf>.

l’universalisme (Paris: PUF, 1997), várias vezes reeditado na França e traduzido em diferentes línguas como o inglês e o italiano. (Nota da IHU On-Line)

ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA O IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU: ECOS DE DARWIN,

QUE ACONTECE DE 9 A 12 DE SETEMBRO.

FAÇA SUA INSCRIÇÃO AGORA: WWW.IHU.UNISINOS.BR

⁹ Alain Badiou (1937): filósofo, dramaturgo e romancista, leciona filosofia na Universidade de Paris-VII Vincennes e no Collège International de Philosophie. É autor, entre muitos outros, do livro *Saint Paul. La fondation de*

B.

Destques da Semana

Entrevista da Semana

América Latina: mudanças políticas não são viáveis como outrora

Embasado na teoria de Marx, o cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira diz que o socialismo só será possível quando se esgotarem todas as possibilidades do capitalismo

POR PATRICIA FACHIN

“O colapso financeiro dos Estados Unidos representou um golpe profundo no fundamentalismo de mercado de modo similar ao que representou para o comunismo stalinista o desmoronamento do Muro de Berlim e dos regimes instalados pela União Soviética nos países do Leste Europeu”, diz Moniz Bandeira à **IHU On-Line**, ao comentar a conjuntura internacional. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, ele é enfático e assegura que a crise financeira ainda não alcançou seu ápice e tende a aprofundar-se. O mais importante, garante, “é aplicar às condições do século XXI o método que Marx usou para analisar o capitalismo no século XIX, pois o capitalismo não permaneceu o mesmo, a história não parou”.

Ele faz ainda uma breve análise da América Latina e diz que as mudanças políticas no continente não são tão viáveis como outrora. Cita o caso de Honduras para exemplificar: “A derrubada do presidente Manuel Zelaya pelo Exército provavelmente pode ter contado com o apoio de setores da CIA e do Pentágono, que se opõem à política do presidente Barack Obama e querem criar-lhe dificuldades internacionais”. E dispara: “Tudo indica que os militares hondurenos não se atreveriam a dar um golpe de Estado, em franco desafio à política exterior que o presidente Barack Obama pretende executar, sem contar com o respaldo dos setores militares dos Estados Unidos”.

Moniz Bandeira é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e professor titular de história da política exterior do Brasil, no Departamento de História da Universidade de Brasília (aposentado). Ele publicou mais de 20 obras, entre as quais citamos, *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (São Paulo: Civilização Brasileira, 2007) e *Fórmula para o caos. A derrubada de Salvador* (São Paulo: Civilização Brasileira, 2008). Atualmente, vive na Alemanha, onde é cônsul-honorário do Brasil em Heidelberg/Karlsruhe. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são as principais mudanças políticas, sociais e econômicas que o senhor percebe na América Latina?

Luiz Alberto Moniz Bandeira - São muitas as mudanças, tanto econômicas quanto políticas, porém, é difícil, senão impossível, falar da América Latina, como se fosse um todo homogêneo. É claro que a Colômbia não é igual à Venezuela, nem o Uruguai igual ao Paraguai, ou o Chile igual ao

Peru. De modo geral, o que se pode dizer é que o modelo neoliberal inspirado pelo Consenso de Washington desmoralizou-se depois do colapso da Argentina em 2001-2002. E, politicamente, não são tão viáveis como outrora, embora não se pode descartar a hipótese de que ocorram tentativas, como em Honduras, onde a derrubada do presidente **Manuel Zelaya**¹ pelo

¹ O sítio do IHU está fazendo ampla cobertura sobre o caso de Honduras. O material está disponível em www.ihu.unisinos.br (Nota da IHU

Exército provavelmente pode ter contado com o apoio de setores da CIA e do Pentágono, que se opõem à política do presidente Barack Obama e querem criar-lhe dificuldades internacionais. Em Honduras, a presença militar dos Estados Unidos é marcante. Lá, na base aérea de Soto Cano (Palmerola), está sediada a Joint Task Force-Bravo, integrante do U.S. Southern Command (Southcom), com 350 a 500 soldados,

On-Line)

do 612th Air Base Squadron e o 1st Battalion, 228th Aviation Regiment.

Nessa base, nos anos 1970 e 1980, foram treinadas as tropas hondurenhas, integrantes do Batalhão 3-6, acusadas de inúmeros sequestros, abusos e crimes contra os dissidentes hondurenhos. Tudo indica que os militares hondurenhos não se atreveriam a dar um golpe de Estado, em franco desafio à política exterior que o presidente Barack Obama pretende executar, sem contar com o respaldo dos setores militares dos Estados Unidos.

IHU On-Line - Como o senhor analisa o quadro político da América Latina? De que maneira os governos progressista, nacionalista e integracionista se relacionam?

Luiz Alberto Moniz Bandeira - A América Latina não é, e nunca foi, homogênea. Tampouco é latina, pois em alguns países, como Bolívia, Peru, Equador e na América Central há grande predominância de etnias indígenas. A América Latina é uma denominação que não reflete, propriamente, a realidade econômica, social, política e cultural da região entre o Rio Grande (divisa do México com os Estados Unidos) e a Patagônia. Os países aí existentes têm interesses econômicos e características sociais e políticas diferentes. E os governos, dependendo do que se possa definir como progressista, nacionalista ou integracionista, não têm nenhum padrão de relacionamento, apesar da criação da ALBA² pelo presidente Hugo Chávez.

IHU On-Line - O senhor diz que os Estados Unidos estão perdendo o domínio sobre a América do Sul. Nesse sentido, que leitura pode ser feita da possível aproximação do governo estadunidense com o Brasil?

Luiz Alberto Moniz Bandeira - Os Es-

tados Unidos estão perdendo a hegemonia econômica e política sobre a América do Sul, conforme a existência de governos como o de Evo Morales, na Bolívia, e Hugo Chávez, na Venezuela, evidenciam. Isso seria impossível entre os anos 1950 e 1970. Sua hegemonia se desvaneceu em consequência, entre outros fatores, do fracasso das ditaduras militares e do insucesso das políticas neoliberais, implementadas por governos democráticos, de conformidade com o Consenso de Washington. E seu desvanecimento permitiu a emergência de forças de governos como o de Hugo Chávez, na Venezuela, Evo Morales, na Bolívia, do ex-guerrilheiro Daniel Ortega, na Nicarágua, e de Mauricio Funes, da Frente de Libertação Nacional Faribundo Martí, em El Salvador. Também o Brasil contrapõe-se à presença dos

“A maior importância
internacional do Brasil
está na razão direta da
independência e
autonomia de sua
política exterior”

Estados Unidos na região. Ele tem seus próprios interesses nacionais, muitas vezes contraditórios ou mesmo antagônicos aos interesses dos Estados Unidos, porém os dois países, que representam as maiores massas territoriais, demográficas e, apesar da assimetria, econômicas, têm de manter relações maduras, quaisquer que sejam as tendências políticas de seus governos. Nenhum pode prescindir do outro. Naturalmente, relações maduras não significam subordinação do Brasil às diretrizes dos Estados Unidos, mas o reconhecimento de divergências e convergências existentes entre os interesses nacionais, tanto econômicos quanto políticos, dos dois países. E a maior importância internacional do Brasil está na razão

direta da independência e autonomia de sua política exterior.

IHU On-Line - Evo Morales é indígena e foi eleito pelos indígenas. Esse fato, por si só, representa a formação de um novo movimento de força política no país e, de alguma maneira, no continente?

Luiz Alberto Moniz Bandeira - A eleição de Evo Morales para a presidência da Bolívia constituiu um importante acontecimento. Representa a ascensão das camadas indígenas, que eram oprimidas e exploradas há vários séculos. Mas não podemos esquecer que essa ascensão começou com a revolução de 1952, conduzida pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), então sob a liderança de Victor Paz Estensborro. E o governo revolucionário, sustentado por milícias operárias e camponesas, promoveu a reforma agrária e nacionalizou as minas de estanho. Mas a Bolívia, dependente do mercado, não tinha condições materiais para avançar ainda mais, como os trotskistas e outras tendências de esquerda pretendiam. E, ao fim de dez anos, já estava em franco retrocesso. De qualquer modo, a população indígena tornou-se um ator político, que não se podia desconsiderar. Isto analiso no meu livro *De Martí a Fidel. A revolução cubana e a América Latina*, cuja segunda edição será lançada em agosto pela Civilização Brasileira. Não se pode, entretanto, dizer que a eleição de Evo Morales tenha maior alcance no continente, ou mais precisamente, na América do Sul, dado que somente na Bolívia, Peru e Equador a população indígena tem maior peso demográfico. Na Bolívia, os quechua representam 30% da população; os mestiços de branco e ameríndios, 30%; os aymara, 25%. Os brancos não passam de 15%. No Peru, os ameríndios representam 45% da população; os mestiços 37%; enquanto os brancos também constituam 15% e os africanos, japoneses e chineses sejam uma pequena minoria de 3%. Evidentemente, esse não é o caso do Brasil nem da Argentina nem mesmo do Chile, onde os Mapuche não passam de 4% da população; 0,6%, as ou-

² Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas): modelo de integração para os povos da América Latina e Caribe, se contrapõe à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Diferente de outros blocos econômicos, tem como objetivo principal a diminuição do contraste social existente na América Latina, criando maior interação dentro do continente. (Nota da IHU On-Line)

tras etnias somam apenas; enquanto os brancos e mestiços somam 95% da população. E na Colômbia, a população indígena é ínfima: 1% contra 58% de mestiços; 20%, brancos; 14%, mulattos; 4% africanos e 3%, cafusos. Até no Paraguai, onde a língua guarani é oficializada, a população indígena pura é muito pequena, pois predominam os mestiços, que são 95% da população.

IHU On-Line - Como o senhor percebe o movimento indígena nos diferentes países como Bolívia, Peru, Equador e na América Central? Em que medida podem se tornar uma nova força política?

Luiz Alberto Moniz Bandeira - Não se pode tratar, generalizadamente, a questão do movimento indígena. As condições desses países são diferentes. Para que representem uma força política é necessário que tenham certo nível de organização e liderança, como ocorre no Equador, onde os ameríndios constituem apenas 25%, muito menos que na Bolívia; os mestiços, 65%; contra apenas 7% de brancos e 3% de africanos. Quanto à América Central, também não se pode generalizar nem examinar a questão pelo ângulo da etnia. A questão é social. São as camadas mais pobres, exploradas e oprimidas dos países da América do Sul, bem como da América Central que estão a lutar por melhores condições de vida, e essas camadas, as mais atingidas, em alguns países, são indígenas.

IHU On-Line - Em que sentido a atual crise internacional oferece a possibilidade de discutir um futuro diferente para o continente? Que perspectivas o senhor vislumbra?

Luiz Alberto Moniz Bandeira - A situação internacional configura-se muito volátil, atualmente. A crise econômica e financeira, que tem como epicentro os Estados Unidos, tende a aprofundar-se. Ainda não chegou ao ápice. Naturalmente, o futuro será diferente não só para a América Latina como para todos os países. O colapso financeiro dos Estados Unidos representou um golpe profundo no fundamentalismo de mercado de modo similar ao que

representou para o comunismo stalinista o desmoronamento do Muro de Berlim e dos regimes instalados pela União Soviética nos países do Leste Europeu.

IHU On-Line - Quais são as propostas da esquerda diante da crise?

Luiz Alberto Moniz Bandeira - Que esquerda? Os pequenos grupos doutrinários existentes não têm nenhuma proposta, nem podem tê-la, porque ainda estão aferrados a conceitos que não mais correspondem à realidade econômica, social e política nos países industrializados. Falam de Marx, Lenin, Trotsky e Gramsci como se o que eles escreveram, no século XIX

“Os pequenos grupos
doutrinários existentes
não têm nenhuma
proposta, nem podem
tê-la, porque ainda estão
aferrados a conceitos que
não mais correspondem
à realidade econômica,
social e política nos países
industrializados”

e na primeira metade do século XX, refletisse a realidade atual. O mais importante é aplicar às condições do século XXI o método que Marx usou para analisar o capitalismo no século XIX, pois o capitalismo não permaneceu o mesmo, a história não parou. Também a política imperialista, de competição armada entre as potências industriais, visando a reproduzir as relações de produção e impor seu domínio sobre vastas regiões do planeta, evoluiu, após duas ruinosas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), para o ultraimperialismo, com a formação de uma espécie de car-

tel de nações capitalistas, conduzido pelos Estados Unidos, como potência hegemônica, com alta capacidade estratégica de modelar a vontade das outras potências industriais e conduzir a política internacional, de acordo com seus interesses geoestratégicos. Sua expressão militar é a OTAN, que oferece garantias mútuas de não agressão e previa a cooperação na área de segurança, bem como ajuda mútua no caso de uma agressão por terceiros países, coletivizando a defesa, a fim de que ela não se torne assunto nacional, e sim de interesse do sistema global capitalista. Contudo, o cenário mundial está mudando com a emergência de outras potências, como a China, Rússia, Brasil, Índia. Diferentemente da maioria de outras potências industriais, os Estados Unidos deixaram de ser exportador líquido de capitais e não mais lideram as compras ou o estabelecimento de firmas em outros países. O centro do mundo industrializado desloca-se rapidamente para a Ásia. O Império Americano já está em declínio e, econômica e financeiramente, será difícil sustentá-lo, a médio e longo prazo. Seu déficit orçamentário, no primeiro semestre de 2009, superou o montante de US\$ 1 trilhão. Os bancos centrais de outros países detêm cerca de US\$ 4 trilhões como reservas. Somente a China possui reservas no valor de mais US\$ 2 trilhões. Tal situação não pode continuar indefinidamente. Haverá um momento em que a quantidade há de gerar uma nova qualidade no sistema econômico e político internacional.

IHU On-Line - Isso quer dizer que a esquerda está em crise? Se sim, quais são suas características?

Luiz Alberto Moniz Bandeira - O desenvolvimento científico e tecnológico, dos meios de comunicação e das ferramentas eletrônicas, aumentando a produtividade do trabalho e impulsionando ainda mais a internacionalização/globalização da economia, produziu profunda mutação no sistema capitalista mundial, na estrutura social das potências industriais e no caráter da própria classe

operária. A dissolução dos regimes comunistas nos países do leste Europeu, a derrubada do Muro de Berlim e a reunificação da Alemanha, bem como a fragmentação da desintegração da União Soviética em quinze outros Estados independentes, e a adesão da China à economia de mercado de globalização assinalaram o começo de nova época histórica. Tais fatores econômicos e sociais produziram, sobretudo nas potências industriais, certo desvanecimento das contradições políticas e ideológicas entre os partidos políticos, cujas iniciativas, no governo, não muito discrepam, na Alemanha, França, Inglaterra, muito menos nos Estados Unidos, onde o Partido Democrata e o Partido Republicano, essencialmente, pouco se diferenciaram.

Como o grande historiador Eric Hobsbawm³ claramente declarou em entrevista à agência de notícias Telam, da Argentina, “já não existe esquerda tal como era”, seja social-democrata ou comunista. Ou está fragmentada, ou desapareceu. As correntes que restam ainda não entenderam que não se pode instalar o socialismo em países atrasados, sem segurança alimentar e dependentes do mercado mundial capitalista. Conforme a teoria de Marx, o capitalismo é uma ordem econômica internacional e, sem que se esgotem todas as suas possibilidades de desenvolvimento o socialismo, não é possível.

3 Eric John Earnest Hobsbawm (1917): historiador marxista reconhecido internacionalmente. Autor de *Rebeldes Primitivos*, *A Era da Revolução* e *a História do Século XX*, entre outros livros, fala da crise atual e de suas possíveis implicações políticas. As Notícias do Dia do sítio do IHU reproduziram vários artigos de Hobsbawm, como “Com liberdade total para o mercado, quem atende aos pobres?”, disponível em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=20976, *Socialismo fracassou, capitalismo quebrou: o que vem a seguir?*, publicado em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21439, “Esta crise equivale ao colapso da URSS e é o fim de uma era”, disponível no endereço http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=17737. (Nota da IHU On-Line)

Teologia Pública

Divina Comédia. A relação entre poesia e Deus

A poesia é uma linguagem que ocupa um lugar importante na Teologia, afirma Massimo Pampoloni. Para ele, a poesia de Dante Alighieri é um bom exemplo para levar Deus ao coração dos homens

POR PATRICIA FACHIN | TRADUÇÃO FRANCISCO TABORDA

A poesia é um dos instrumentos mais antigos utilizados pelo homem para se comunicar com Deus. Segundo o jesuíta italiano Massimo Pampoloni, nascido em Firenze, “a relação entre poesia e Deus é buscada por causa da dificuldade de expressar em linguagem (...) que se encontra ‘além’ da experiência direta de nossos intelectos, ou seja, Deus em si”.

Na entrevista que segue, concedida por e-mail à IHU On-Line, Pampoloni analisa a *Divina Comédia*, do escritor florentino Dante Alighieri, como exemplo de obra literária que propõe o contato com o Divino. “No *Inferno*, Dante nos apresenta uma profunda verdade espiritual: sem Deus o homem não alcança sua plenitude e a realização plena daquilo que ele é”, assegura.

Depois de estudar Teologia no Brasil, no Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, em Belo Horizonte, Massimo Pampoloni cursou mestrado e doutorado em Ciências Eclesiásticas Orientais no Pontifício Instituto Oriental de Roma, onde atua como docente. Atualmente, também é professor de História da Igreja Antiga e Teologia Patrística na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em Belo Horizonte. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que relações o senhor aponta entre Teologia e Literatura? Em que medida a Literatura expressa “um novo olhar” sobre a concepção do Divino?

Massimo Pampoloni - O que se deveria dizer no tocante à “Literatura”, sobretudo referindo-se à prosa, no que respeita as suas relações com a Teologia, é vasto demais. Já que o argumento de nosso diálogo é a *Divina Comédia*, uma obra em versos, proponho limitar-me à poesia e reformular, portanto, a pergunta restringindo-a à relação entre Teologia e poesia.

Mais que “um novo olhar” sobre a concepção de Deus, diria que a poesia apresenta um antigo olhar. De fato, não é novidade o uso da poesia em Teologia. Antes, se quiséssemos ser precisos, poderíamos dizer que a poesia é o modo primeiro e mais antigo que o homem usou para falar de Deus: mesmo que nos restringamos às raízes de nossa cultura ocidental, pensemos em Homero¹ ou em Hesí-

1 Homero: primeiro grande poeta grego, que teria vivido há cerca de 3500 anos e consagrado o gênero épico com as suas grandiosas obras: *A Ilíada* e *a Odisséia*. Nada se sabe seguramente da sua existência; mas a crítica moderna inclina-se a crer que ele terá vivido no século VIII a. C., embora sem poder indi-

odo² (textos religiosos para os gregos da Antiguidade); ou então, no âmbito judeu-cristão, nos Salmos, nos livros sapienciais (o Cântico dos Cânticos, por exemplo) ou em partes dos livros proféticos.

No âmbito cristão, além de ser uma expressão da própria relação com Deus, a poesia se tornou um modo de falar de Deus no cristianismo de origem siríaca: pensemos nos grandes poetas-teólogos, como Efrém de Nísibis († 373), Tiago de Sarug († 521) ou Narsai de Edessa († 503); ou ainda na tradição hinográfica grega litúrgica que vê em Romano Melodo († 556), sírio de cultura grega, seu representante mais genial. No Ocidente, a tradição poética na Teologia e liturgia foi mais lenta para afirmar-se, mas ainda hoje rezamos com maravilhosos hinos de Ambrósio de Milão³ († 397), verdadeiras sínteses de Teologia. Mas a figura-chave, verdadeiramente grandiosa, é a de Aurélio Prudêncio Clemente († depois de 405). Prudêncio foi um verdadeiro renovador da linguagem teológica e, em certo sentido, um dos verdadeiros “precursores” do próprio Dante.⁴

Em todos esses autores, a relação entre poesia e Deus é buscada por causa da dificuldade de expressar em linguagem humana o que implo- de nossa linguagem, o que se encontra “além” da experiência direta de

car onde nasceu nem confirmar a sua pobreza, cegueira e afã de viajante, caracteres que tradicionalmente lhe têm sido atribuídos. (Nota da IHU On-Line)

2 Hesíodo: poeta da Grécia Antiga. Escreveu as obras *Os trabalhos e os dias* e *Teogonia*. (Nota da IHU On-Line)

3 Ambrósio de Milão (340-397): conhecido como Santo Ambrósio, foi bispo da atual Arquidiocese de Milão, e é considerado um dos Padres e Doutores da Igreja. Foi ele quem ministrou o batismo a Agostinho de Hipona. É considerado um dos quatro máximos doutores da Igreja, aprendeu de Orígenes a conhecer e a comentar a Bíblia. (Nota da IHU On-Line)

4 Dante Alighieri (1265-1321): escritor italiano. Estudou Teologia e Filosofia, sendo profundo conhecedor dos clássicos latinos e dos filósofos escolásticos. Pertenceu ao Partido Guelfo, lutou na Batalha de Campaldino contra os Gibelinos e, por volta de 1300, iniciou a carreira diplomática. Em 1302, foi preso por causa das suas atividades políticas. Iniciou-se então a segunda etapa da sua vida: o exílio definitivo, pois não aceitou as anistias de 1311 e 1315. Afastado de Florença, viveu em Verona e em Lunigiana. Sua principal obra é *A Divina Comédia*. (Nota da IHU On-Line)

nosso intelecto, ou seja, Deus em si. Escoto Eriúgena, o misterioso e genial monge irlandês do séc. IX, chegou a comparar a Teologia a uma poetisa, que usa imagens para adaptar a mensagem da Sagrada Escritura à capacidade limitada de nosso intelecto no tocante às coisas de Deus.

IHU On-Line - A criatividade poética pode ser considerada o ápice para compreender a essência do Divino? Por quê?

Massimo Pampaloni - Dizia antes da dificuldade que a linguagem encontra para expressar o que, por sua natureza, é inefável e que, por essa razão, recorre à poesia. Mas a criatividade poética não permitirá jamais compreender a essência do divino, enquanto esta é diretamente inatingível pelo homem.

O que autoriza, então, a poesia a pensar poder superar, de algum modo, esta dificuldade? Creio que, sobretudo, a analogia estrutural entre a linguagem poética e a das imagens do mundo bíblico e, especificamente, evangélico, que podemos aplicar, por exemplo, também aos *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio de Loyola⁵ († 1556). Estas linguagens, para dizer com Ricoeur,⁶ “redescrivem” a existência humana, têm o poder de provocar uma reestruturação dos horizontes interpretativos da realidade da pessoa, instigando a uma mudança espiritual e moral. No fundo, é também o objetivo da *Divina Comédia*.

Mas outro aspecto, ligado a esta capacidade de transformação interior do leitor em vista de sua conversão a

5 Santo Inácio de Loyola ou Loiola (1491 - 1556): foi o fundador da Companhia de Jesus, conhecida como os Jesuítas, uma ordem religiosa católica romana estabelecida com o fim de fortalecer a igreja, inicialmente contra o Protestantismo. (Nota da IHU On-Line)

6 Paul Ricoeur (1913-2005): filósofo francês. Sobre ele, conferir um artigo intitulado *Imaginar a paz ou sonhá-la?*, publicado na IHU On-Line 49ª edição, de 24-02-2003, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1161289883.57pdf>. pdf e uma entrevista na 50ª edição, de 10-03-2003, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1161289805.13pdf>. pdf. A edição 142, de 23-05-2005, publicou a editoria *Memória* sobre Ricoeur, em função de seu falecimento. Confira o material em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158266847.13pdf>. pdf (Nota da IHU On-Line)

Deus reconhecida à poesia teológica, é o da epifania do verdadeiro e do divino por meio da beleza, mediante a qual, para dizê-lo com von Balthasar,⁷ o Todo se oferece no fragmento. Re-encontramos aqui, entre outras coisas, a importância da *analogia entis*, base da possibilidade de tudo o que estamos dizendo, demasiado apressadamente deixada de lado pelos teólogos contemporâneos. Não sei se é correto dizer que a poesia é “um ápice” da linguagem teológica; diria antes que é uma linguagem que tem seu lugar importante na Teologia, contanto que se tenha em conta sempre a complexidade da questão de expressar-se ligada aos diversos níveis em que se fala de Deus. Quer dizer que a poesia não substitui, por certo, o discurso teológico clássico, como quereria talvez uma interpretação superficial, preguiçosa e ignorante do papel da poesia em Teologia.

IHU On-Line - Em que sentido A Divina Comédia pode ser vista como um relato do desejo de ver a Deus?

Massimo Pampaloni - Dante escreve seu poema, enquadrando-o na metáfora da viagem. A viagem retorna frequentemente nas raízes de nossa cultura ocidental: pensemos em Ulisses ou em Enéias e em tudo aquilo que subjazia ao impulso de navegar e ir “além” dos limites costumeiros, que levou as antigas civilizações a expandirem-se por meio de colônias. Refiro-me, para limitar-me à origem do Ocidente, aos gregos, fenícios e cartagineses. É interessante notar aquilo que incita a pôr-se em viagem:

7 Hans Urs Von Balthasar (1905-1988): teólogo católico suíço. Estudou Filosofia em Viena, Berlim e Zurique, onde doutorou-se em 1929, e em Teologia em Munique e Lyon. Destacou-se como investigador dos santos padres e da Filosofia e Literatura modernas, especialmente a franco-germana. Criou sua própria *Teologia*, síntese original do pensamento patristico e contemporâneo. Entre suas obras destacam-se *O cristianismo e a angústia* (1951), *O mistério das origens* (1957), *O problema de Deus no homem atual* (1958) e *Teologia da história* (1959). A edição 193 da IHU On-Line, de 28-08-2006, Jorge Luis Borges. *A virtude da ironia na sala de espera do mistério* publicou uma entrevista com Inácio J. Navarro, intitulada *Borges e Von Balthasar. Uma leitura teológica*. Leia o material no link <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158343116.57pdf>. pdf. (Nota da IHU On-Line)

excitação, desejo de novos conhecimentos, de novos espaços.

No caso de Dante, temos como “motor” a própria Graça de Deus. Dante se encontrava realmente numa situação existencial desesperada; a descrição de sua vida no Canto I do *Inferno* é, sim, uma alegoria, mas que se refere a uma percepção real de si mesmo naquele momento. Dante, com suas forças, não consegue sair da “selva escura” moral e existencial em que havia caído. E eis que lhe vem Virgílio ao encontro. Mas Virgílio foi enviado por Beatriz, que foi avisada por Santa Luzia que, por sua vez, foi enviada pela Virgem Maria. Com a imagem poética desta “cadeia” feminina, canal de Graça e *operação de resgate* no sentido verdadeiro e próprio da expressão, Dante nos diz que a iniciativa da viagem é de Deus, que seu caminhar rumo à salvação, é, em realidade, um responder, um escutar o desejo mais profundo que vive no coração humano, precisamente o da *visio Dei*, a visão de Deus. Tal desejo é posto por Deus mesmo no coração humano, como Agostinho recorda na sua estupenda expressão *inquietum est cor nostrum donec requiescat in te*, inquieto está nosso coração enquanto não repousa em Ti.

IHU On-Line - Como Dante percebe Deus na *Divina Comédia*? Para o senhor, na obra, o autor expressa seu desejo pessoal de ver Deus?

Massimo Pampaloni - Dante é um homem do florescimento esplêndido da civilização medieval. A ideia de que a Idade Média foi uma época de trevas e de obscurantismo é uma das enormes tolices em que jamais a burrice humana acreditou e continua acreditando. Dante representa um dos vértices da singular integração entre a exaltação da importância do indivíduo na sua realidade histórica concreta e o profundo senso de ordem que o universo, físico e espiritual recebe pelo fato de ter sido criado por Deus. Consequentemente, Dante não tem uma ideia “sua” de Deus, como nós, pós-modernos fragmentados, pretendíamos, no sentido de “cada um tem sua ideia”. Dante exprime a ideia de Deus como aparece a partir da síntese

vital entre Escritura, Filosofia, Arte, Teologia, expressa em seu tempo. Quando digo “de seu tempo”, não entendo como poderia ser compreendido por uma cabeça contaminada pelo historicismo ou desconstrucionismo, que seja “válida para seu tempo e pronto”, senão uma síntese poderosa, cuja validade está viva ainda hoje, embora se expresse em outras categorias. Pois um dos “mistérios” de Dante é este: embora as expressões históricas dentro das quais Dante vivia e atuava não existam mais (não há mais um Arrigo VII tão importante para sua concepção política; não há mais a *christianitas* dentro da qual se autocompreendia o homem medieval entre o século XIII e o século XIV etc.), os valores sobre os quais tudo isso se fundamentava, existem ain-

“A concepção de Deus,
expressa por Dante na
Divina Comédia, é a
concepção cristã de Deus,
segundo a síntese do
período áureo da Idade
Média”

da e são patrimônio universal. Como escreveu uma das maiores dantistas vivas, Annamaria Chiavacci Leonardi (a quem sou devedor do amor e da prospectiva com que li Dante nestes anos), “a poesia de Dante, diferentemente dos tratados, colhe e trama não a letra, mas o espírito profundo daquela cultura na qual o Ocidente ainda atinge - também sem sabê-lo - as razões interiores de seu próprio existir. O valor primário e intangível da pessoa - da qual decorrem todos os outros: a fidelidade, a piedade, o perdão, o direito à liberdade, os “direitos humanos”, com se costuma dizer -, valor sobre o qual se funda hoje todo aspecto do viver civil, é, na realidade, o que está no centro

do cristianismo, e que é igualmente o núcleo inspirador de toda a obra de Dante”. Enquanto existirem esses valores, será possível ler, compreender e amar Dante. Portanto, a concepção de Deus, expressa por Dante na *Divina Comédia*, é a concepção cristã de Deus, segundo a síntese do período áureo da Idade Média.

Se é verdade que a concepção dantesca de Deus é a do Deus cristão, é verdade também que a *Comédia* é a expressão de um desejo pessoal. Também aqui não é só o “pessoal” de Dante, mas de todo homem. Foi observado que, em certo sentido, Dante se põe quase como um profeta. O caminho movido pelo desejo profundo de Deus, que Dante indica na *Comédia*, não só ele o percorreu pessoalmente, mas o indica também a todo homem, como admoestação a sacudir de si o torpor espiritual do pecado e pôr-se em movimento para alcançar Deus, cumprindo assim seu *telos* mais profundo.

IHU On-Line - De que maneira Dante apresenta o *Inferno*, o *Purgatório* e o *Paraíso* em sua obra?

Massimo Pampaloni - Dante imagina sua viagem através desses momentos, a cada um dos quais dedica um cântico. Mas esses três reinos ultraterrenos representam também as condições do humano. Por essa razão, lendo Dante, não é preciso esquecer que o objetivo do poeta florentino não é o de “informar-nos” sobre o que encontraremos no além, e sim indicar-nos um itinerário para ler nossa vida, baseados na centralidade da relação entre o homem e Deus.

No *Inferno*, Dante nos apresenta uma profunda verdade espiritual: sem Deus o homem não alcança sua plenitude e a realização plena daquilo que ele é. O *Inferno* é representado com uma topografia que classifica os pecados segundo uma graduação moral, que se inspira muito em Aristóteles,⁸ embo-

⁸ Aristóteles de Estagira (384 a. C. - 322 a. C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas - por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega - acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se: ética, política,

ra não seja uma simples tradução dele em imagens. O Inferno é como um funil, uma profunda voragem dividida em nove círculos, onde os pecadores são punidos por seu pecado “principal”, aquele pelo qual se afastaram para sempre de Deus, em graduação de gravidade crescente com o descer, e em cujo centro mais fundo está Lúcifer. No Inferno, Dante descreve personalidades excelentes, de grande vigor, também com qualidades não negligenciáveis. Pensemos em Pier delle Vigne, apresentado por Dante como fidelíssimo servidor do Imperador Frederico II. Vítima da inveja de outros cortesãos, foi aprisionado por ele e, não suportando o desdém, suicidou-se. Uma vítima inocente, portanto; fidelíssimo e injustamente acusado. Mas, cometendo suicídio, quer “autos-salvar-se”, ou seja, deixar de lado Deus. Assim como o grande coração de Farinata degli Uberti, ou ainda a doçura de Francesca da Rimini.⁹ Todas essas grandes figuras são admiradas por Dante. Ele até mesmo se comove diante delas. Mas todos eternizaram sua opção de autos-salvação, tornando vãs as grandes qualidades que também lhe são reconhecidas, ficando para sempre aquém daquela realização da natureza humana que é o próprio Deus. Portanto, o Inferno representa uma admoestação contínua à renúncia a essa loucura de prescindir de Deus.

Purgatório

O *Purgatório* é representado como um monte. Subindo-o a alma se purifica pouco a pouco dos pecados que cometeu em sua vida; subindo cada “patamar” a alma é purificada dos pecados específicos daquele patamar e a escala vai dos mais graves, passo a

física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)
 9 Francesca da Rimini (1255-1285): nobre medieval italiana, filha de Guido da Polenta, governante de Ravena, fonte de inspiração de Dante Alighieri, que a retratou na *Divina Comédia*. (Nota da IHU On-Line)

passo, aos mais leves, com topografia contrária à do Inferno. A atmosfera é de grande doçura, porque, embora as almas devam purificar-se, sabem que sobem rumo ao Paraíso. Um só gesto na vida, quem sabe no último momento como Buonconte di Montefeltro, tem um valor eterno. É o cântico que mais se assemelha à nossa vida, porque é o único em que há um movimento de transformação, e mque as almas progridem, e mque se muda o próprio estado. A mensagem do Purgatório é que, assim como não são as qualidade humanas que salvam o homem (como vimos no Inferno, onde

“Dante não tem uma ideia ‘sua’ de Deus, como nós, pós-modernos fragmentados, pretenderíamos, no sentido de ‘cada um tem sua ideia’. Dante exprime a ideia de Deus como aparece a partir da síntese vital entre Escritura, Filosofia, Arte, Teologia, expressa em seu tempo”

Dante põe até mesmo vários papas), não é a gravidade ou a vastidão da perversão dos próprios pecados que o condena. Um exemplo é Manfredi - que morreu excomungado, mas que Dante põe no Purgatório; ou o já citado Buonconte. Realmente, um só gesto de piedade, tradicionalmente atribuído ao imperador Trajano,¹⁰ é

10 Marco Úlpio Nerva Trajano (53-117 d. C.):

suficiente para Dante para que este pagão esteja no Purgatório. Enfim, o que faz a diferença é o maior ou menor direcionamento a Deus do coração da pessoa.

Paraíso

Com o *Paraíso* tem-se um contraste, sublinhado também pelo expediente narrativo, como faz notar Chiavacci Leonardi, de não pô-lo sobre a terra, como o Inferno e o Purgatório, mas no céu. Aqui tudo é luz e paz, alegria profunda, uma completa harmonia com a vontade de Deus, permeados pela caridade. Os bem-aventurados não são visíveis, são fagulhas que se acendem com uma luz mais intensa quando podem ajudar Dante (o fogo da caridade que as inflama; assim como outras virtudes, a humildade e a caridade, por exemplo: o dominicano Santo Tomás tece louvores a São Francisco de Assis, o franciscano São Boaventura louva São Domingos), e as histórias humanas individuais concretas de cada uma das almas - bem destacadas no Inferno, mais descoloridas no Purgatório, mas de qualquer modo à base do relato de Dante - aqui se tornam raríssimas. Em lugar dos círculos e dos patamares, temos várias esferas celestes, correspondentes aos céus do sistema ptolomaico. Mas no canto XXX do *Paraíso*, Dante entra no Empíreo, céu não previsto no sistema ptolomaico. É um modo estupendo de dizer que doravante, diante de Deus, Dante está para além, não só do tempo e do espaço, mas também da história. As palavras diminuem, fazem-se longas, rarefeitas, e, no entanto, Dante está diante de Deus com seu corpo histórico, concreto. Ele não perde a individualidade. Recebe a visão - pela graça obtida da Virgem pela oração de São Bernardo -, e as palavras são insuficientes para descrevê-la: uma fulguração e, em poucas linhas, o Todo.

Bem e mal

O bem e o mal na *Comédia* giram em torno do fulcro principal da mes-

imperador romano de 98 a 117. (Nota da IHU On-Line)

ma fé cristã: é o mistério da liberdade e o valor importantíssimo da realidade e da história. A estrutura do Inferno, por exemplo, não é um catálogo moralista de vícios: é o mistério de como a livre escolha de pôr-se fora do caminho de Deus é acolhida e respeitada no “para sempre” que se segue à livre escolha do homem e à mesma natureza da liberdade. O homem Dante é livre e encontra-se no dever de enfrentar a grandeza e o risco da própria liberdade nas vicissitudes históricas concretas de sua própria existência.

IHU On-Line - Na *Divina Comédia*, são apresentados três personagens: Dante, que personifica o homem, Beatriz, que personifica a fé, e Virgílio, que personifica a razão. O que esses personagens revelam sobre a busca e os dilemas espirituais e teológicos dos seres humanos?

Massimo Pampaloni - Na realidade não temos um triângulo. Costumeiramente só se consideram esses dois personagens (Virgílio e Beatriz). Virgílio representaria a luz da razão, mas aqui “razão” não é interpretada como a entendemos depois da confusão pós-iluminista. Aqui a razão é, de algum modo, uma mediação da graça (Virgílio chega enviado pela “cadeia feminina da Graça” de que já falamos), é abertura e docilidade à iluminação da fé - como mostra a doçura e a presteza delicada com que Virgílio obedece a Beatriz e como se comporta diante dela. Não é, pois, uma razão prometeica, que se autodefine em oposição a Deus, autoconstituindo-se, senão uma razão que reconhece seus limites assim como sua função. Não esqueçamos que Virgílio não pode entrar no Paraíso, mas sem Virgílio Dante não teria chegado lá. Em outras palavras, seria melhor falar de intelecto e intelecto guiado pela fé.

Além da luz da fé, representada por Beatriz, esquece-se frequentemente o terceiro personagem que aparece no canto XXXI do Paraíso. Devido ao excesso de luz e de alegria do Empíreo, Dante se volta para pedir algo a Beatriz, mas encontra

ali outro bem-aventurado: São Bernardo. Para a visão de Deus, serve um terceiro passo, a mística. O intelecto guiado pela fé o leva até diante de Deus, mas para a visão se necessita do *lumen gloriae*, da luz da glória. Creio que isso responde bem à última parte de sua pergunta: “os dilemas espirituais e teológicos dos seres humanos” nascem mais frequentemente do que se crê do não aceitar os “guias” que nos são dados, e não aceitar acolhê-los nos limites e nas modalidades que lhe são intrínsecas. Para usar as imagens dantescas, diria que são causa-

“Lendo Dante, não é preciso esquecer que o objetivo do poeta florentino não é o de ‘informar-nos’ sobre o que encontraremos no além, e sim indicar-nos um itinerário para ler nossa vida, baseados na centralidade da relação entre o homem e Deus”

das por querer entrar no Paraíso com Virgílio, querer dispensar Beatriz, rir de Bernardo ou pensá-lo como uma enfermidade psíquica ou necessidade supraestrutural, induzida por estruturas de poder ou cretinices semelhantes. Reconhecer ao intelecto humano sua capacidade de conhecer a realidade (Virgílio), reconhecer a necessidade do auxílio da Graça no que diz respeito à fé (Beatriz) e confiar-se à vida “místico-litúrgica” (Bernardo não guia, reza por Dante)

é a síntese do caminho que Dante nos indica.

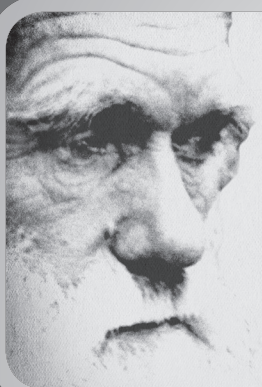
IHU On-Line - Por quais questões centrais e profundas do mundo teológico perpassa a obra a *Divina Comédia*?

Massimo Pampaloni - Mil e uma! O essencial diria que é esta: o destino eterno do homem que passa através da concretude de sua vicissitude histórica e que aqui se joga para sempre. Creio que, se o leitor tiver tido a vontade de chegar até aqui, já terá tido a resposta.

A *Divina Comédia* é um “itinerário de redenção”, um convite para caminhar rumo a Deus. Mas quem o escreve não é um monge nem um frade, é um leigo, um homem profundamente empenhado na luta política de seu tempo, um artista e um filósofo, com seus valores e seus sonhos; consciente de seu valor, mas também com a força de sua raiva, a violência de seu rancor (às vezes é objetivamente injusto). Sabe bem a periculosidade de ter perdido a estrada de Deus como indivíduo e como comunidade. Assim indica ao homem seu fim, seu ser eterno. Mas não o faz com linguagem religiosa. Esse é provavelmente outro dos segredos da força de Dante. Fá-lo como homem profundamente envolvido pelas exigências do momento histórico e político que vive, sem medo e sem omissões.

Concluiria, citando a professora Chiavacci Leonardi, de cujos comentários à *Comédia* sou profundamente devedor: “É por meio da poesia que Dante quer falar aos homens, como já havia feito seu Virgílio [...]. Onde as outras linguagens não conseguem chegar, quando também a Filosofia e a religião não têm mais palavras, a poesia alcança a realidade em sua profundidade, e pode falar, mais que qualquer outra língua, aos corações dos homens. E em nosso século [...] talvez o poeta florentino do séc. XIII possa ainda oferecer, com sua grande palavra tão próxima ao homem e tão imersa no divino, uma indicação de esperança”.

**EM SETEMBRO, O INSTITUTO
HUMANITAS UNISINOS - IHU -
TRAZ DOIS GRANDES
SIMPÓSIOS INTERNACIONAIS.**



**ECOS DE DARWIN
9 A 12/9**

**NARRAR DEUS NUMA
SOCIEDADE PÓS-METAFÍSICA
14 A 17/9**

Informações e inscrições: www.unisinos.br/ihu



Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 14-07-2009 a 18-07-2009.

A demolição do oratório dedicado a Sepé Tiaraju.

Entrevista com Guilherme Abib, arquiteto

Confira nas Notícias do dia 14-07-2009

A família Abib vive em São Gabriel e tem uma ligação muito forte com os povos indígenas. Por isso, ajudou a construir um monumento em homenagem a Sepé Tiaraju que, recentemente, foi derrubado a mando da prefeitura local. Abib fala a respeito da relação da sua família com os indígenas da região e do impacto que a não existência do monumento causou em seus parentes.

“Se o carbono é o grande vilão do aquecimento global, o metano é uma tragédia”.

Entrevista com Henrique Cortez, cientista social

Confira nas Notícias do dia 15-07-2009

O ambientalista explica, nesta entrevista, como funciona o mercado do carbono e afirma que, embora ele seja necessário, não é o suficiente para conter o avanço das consequências do aquecimento global.

Mídia e educação.

Entrevista com Gilka Girardello, jornalista

Confira nas Notícias do dia 16-07-2009

A professora de comunicação explica como este campo do conhecimento pode interagir com a educação e analisa a relação que as crianças têm com as mídias.

O processo de trabalho da GM em Gravataí.

Entrevista com Paulo Fernando Ely, superintendente do Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos - IGEA

Confira nas Notícias do dia 17-07-2009

Superintendente do Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos, Ely analisa a nova GM gaúcha e reflete sobre como ela conseguiu se diferenciar e superar a GM estadunidense, que entrou em processo de falência com a crise financeira mundial.

Ecologia e Missão. 12º Encontro Intereclesial das CEB's

Entrevista com Luiz Ceppi, um dos organizadores do evento

Confira nas Notícias do dia 18-07-2009

Conforme um dos organizadores do 12º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, o encontro servirá para refletir sobre a atual conjuntura social e política da região amazônica. O evento inicia nesta terça, 21 de julho.

**Leia as Notícias
do Dia em
www.ihu.unisinos.br**



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

O futuro da autonomia: uma sociedade de indivíduos?

O futuro da autonomia: uma sociedade de indivíduos?

(Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009)

POR MÁRCIA JUNGES

Nós, homens e mulheres pós-modernos, vivemos um paradoxo. Ao mesmo tempo em que podemos construir nossa subjetividade enquanto sujeitos autônomos, amparados por uma fundamentação kantiana, aprofundamos o abismo do individualismo com as heteronomias de um agir voltado para uma ética particular, que desconsidera o Outro, a alteridade. Vivemos o aqui e o agora. Queremos benefícios só para nós. Não pensamos naquele que está tão perto e tão longe da nossa existência, separado por grades, pela fome, pela exclusão. Somos os precursores de uma sociedade de indivíduos? Incorporamos a ideia de multidão solitária, de **David Riesman**? Seria a autonomia uma ilusão, como sustenta o filósofo brasileiro **Marcelo Dascal**? Outras perguntas são igualmente inquietantes: Para onde caminha a religião nesses tempos de secularização crescente? Qual é o sentido de Deus na sociedade niilista que vivemos? Como conciliar ética e autonomia? Quais são as raízes da autonomia individualista atual? Como o declínio da autoridade paterna, estatal e divina se conecta com esse delírio de que tudo podemos e nada devemos? A tão festejada individualidade se transmutou em individualismo, fruto da exacerbação da técnica e da falsa noção de que desvendamos todos os porquês e o mistério da vida?

O Simpósio Internacional *O futuro da autonomia: uma sociedade de indivíduos?* discutiu todas essas e inúmeras outras questões. Promovido pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, sob a coordenação do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, aconteceu de 21 a 24

de maio de 2007, no campus da Unisinos. A coletânea das ideias de vários de seus conferencistas acaba de ser publicada: *O futuro da autonomia: uma sociedade de indivíduos?* (Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009), organizada pelos pesquisadores Inácio Neutzling (IHU), Maria Clara Bingemer (PUC-Rio) e Eliana Yunes (PUC-Rio).

O poeta e jornalista **Affonso Romano de Sant'Anna** fala

sobre a autonomia do sujeito na arte, e o psicanalista **Benilton Bezerra Jr.** participa com o artigo *Retraimento da autonomia e patologia da ação: a distímia como sintoma social*. Os desafios e perspectivas que surgem a partir dessa sociedade de indivíduos é o tema de reflexão do psicanalista francês **Charles Melman**, enquanto seu conterrâneo **Gilles Lipovetsky**, filósofo, discute o futuro da autonomia em nossa época. **Jean-Claude Monod**, também filósofo francês, analisa a secularização da secularização nesse contexto pós-moderno, e o filósofo jesuíta **Paul Valadier** conecta a autonomia do indivíduo com a política e o niilismo.

mo, realizando uma leitura filosófica e teológica. **Robert Castel**, sociólogo francês, propõe uma leitura sociológica sobre o tema, ao passo que **Santiago Zabala**, a partir de uma perspectiva alicerçada em Gianni Vattimo, de quem é discípulo intelectual, examina a constituição autônoma do *Übermensch*, tomando em consideração o conceito de pensamento fraco.

Uma leitura instigante e que nos convida a refletir sobre os rumos que tomamos enquanto sociedade.



IHU Repórter

Bruno Lima Rocha

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN | FOTO ARQUIVO PESSOAL

Ele gosta de explicar os termos nos mínimos detalhes e busca as respostas dos fatos nas raízes mais profundas da história. Desde a juventude, sua vida já mudou muito, mas ele ainda carrega a militância e o desejo de lutar por um mundo melhor. Jornalista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de docente na Unisinos, Bruno é engajado com movimento de rádios comunitárias, dedica-se a fazer análise política e sonha retomar a tradição do jornal como forma de denúncia e interpretação das realidades, praticando um “jornalismo de esquerda de alto nível e apelo popular”. Confira.



Origens - Nasci em 14 de julho de 1972, no Rio de Janeiro. Minha mãe se formou em Comunicação com múltipla habilitação, na PUC-Rio, e meu pai estudou Economia, mas na prática sempre atuou no mercado de capitais, na Bolsa de Valores. Eles se separaram cedo, então, convivi minha infância em uma família ampliada com mãe, avó, bisavó e dois tios. Tenho mais dois irmãos por parte de pai.

Infância - Venho de uma família de classe média, da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Estudei em escola particular até ingressar na universidade. O hábito de estudar vinha junto com o ato de controle que a família exercia. Quando era criança tinha uma rotina definida: de manhã praticava esportes ou inglês, à tarde ia à escola, e no fim do dia fazia o tema de casa. Enquanto isso durou, fui um excelente aluno. Depois, comecei a ter outros interesses e deixei os estudos de lado. Lia diversos livros durante as aulas, e dava pouca importância ao estudo formal. Hoje, vejo que isso foi um erro.

Faculdade - Prestei vestibular para Comunicação Social - Habilitação Jornalismo, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (RJ). O curso inteiro durou, teoricamente, cinco anos, mas fiz uma série de opções que me fizeram sair muito tarde da universidade. Ingressei com 17 anos, e fui muito bem até o terceiro semestre. Nesse período,

participei da primeira gestão da Executiva de área, ainda tinha outra sigla, e que veio a se transformar na Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social (Enecos). Quando perdi o interesse no curso me matriculei em poucas disciplinas e parei de estudar por dois semestres. Queria trabalhar de qualquer jeito. Então, participei de uma seleção de Iniciação Científica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na linha de estudos negros. Por sorte, já tinha familiaridade com o assunto, pois, por uma opção política, estava colaborando com o *Jornal Maioria Falante*, um veículo da esquerda do movimento negro do Rio de Janeiro. Entrei num dilema ético profundo: faço ou não a prova? Será que é justo ou não? Os colegas do jornal me apoiaram, fiz o concurso e fui aprovado. Comecei a atuar nesse meio em 1993 e consegui transferência da graduação para a UFRJ, também mediante concurso. Fiquei lá durante um ano. Quando faltavam apenas oito disciplinas para concluir o curso, desisti da faculdade para cair no mundo. Tinha amigos que moravam no Uruguai e me mudei para Montevidéu. Trabalhei lá como tradutor autônomo, com alguma regularidade, porque prestava serviço a uma empresa de importação e exportação de madeira. Isso me possibilitou viver no Uruguai, conhecer o Rio Grande do Sul - vinha para o estado a trabalho - e viajar pela Argentina. Numa dessas viagens, conheci a minha esposa, Cândida. Fui a Rio Gran-

de e ela estava cursando o primeiro ano de medicina na Fundação Universidade Federal do Rio Grande (Furg). Um ano depois fomos morar juntos.

Mudanças - Desde que começou o Mercosul, o parque industrial brasileiro e chinês desmontaram várias cadeias produtivas, gerando desemprego em massa nos países do Cone Sul. A empresa em que trabalhava fechou e fui demitido. Decidi voltar para o Rio de Janeiro, e passei a trabalhar novamente como tradutor autônomo e a morar na casa de meus avós. Também fui professor de espanhol, sem sucesso, pois aprendi o idioma falando, cheio de gírias, e só depois comecei a escrever. Mais tarde, consegui trabalhar no setor comercial de uma empresa de vigilância eletrônica. A experiência foi ótima e me motivou retomar os estudos. Consegui reabrir minha matrícula na UFRJ e tentei me transferir internamente para as Ciências Sociais. A prova de seleção era numa segunda-feira, mas na sexta-feira anterior bati o carro do meu tio, perdi toda vontade de estudar para o exame e resolvi finalizar o curso. Estava no último semestre do curso, quando em 2001, ocorreu a segunda greve das universidades federais no governo Fernando Henrique (a primeira foi em 1998). Com essa greve de quase quatro meses, me concentrei na monografia, analisando a privatização do Sistema Telebrás e a cobertura da revista Época sobre o episódio conhecido

como “O Grampo do BNDES”. Assim, quase formado, consegui desenvolver um trabalho que deu continuidade ao mestrado. Ao me formar, com 30 anos de idade e basicamente autodidata, não poderia mais atuar como foca (jornalista recém-formado), também não queria amargar em assessoria de imprensa de movimento ou sindicato. O jeito de salvar minha carreira era seguir na academia.

Mestrado - Fiz seleção de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para Ciência Política, em 2002 e em seguida também cursei o doutorado. Como fui bolsista da CAPES durante toda a pós-graduação, pude me dedicar com tranquilidade. Aluguei uma casa em Viamão, na Vila Isabel, ao lado do campus. Em 2005, minha esposa mudou para a cidade, quando passou na sua segunda residência, em Infectologia no Hospital São Lucas da PUC. Hoje ela também é infectologista do Hospital Conceição e responsável pela rotina da UTI do hospital de Viamão.

Durante o curso de pós-graduação, não me deparei com nenhuma matriz explicativa e nem base epistemológica que desse conta das questões que eu queria debater. Troquei de orientador no doutorado. Ele me liberou para fazer algo que é raro: uma tese teórica, e na ausência de teoria satisfatória, montar uma nova teoria. Demorei um ano para concluir a tese. A defesa aconteceu em março de 2009.

Trabalho com rádios comunitárias - Mais uma vez o acaso bateu na porta. Quando me formei em Jornalismo, coloquei na minha cabeça que não queria nada com comunicação, apenas consumiria informação. Um amigo meu, que era religioso da pastoral social no bairro onde moro, me convidou a participar da programação da rádio Santa Isabel FM. Aceitei e, pouco depois, passei também a participar da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço).

Docência - A história da Unisinos começou por acaso. Meu amigo Adilson Cabral, professor da UFF,

me convidou para participar do Congresso da Alaic (Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación), na Unisinos. Nesse evento, conheci o professor Valério Brittos e em janeiro de 2007, formalizei a entrada no grupo Cepos (Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade). Quando abriu uma seleção externa na universidade, na área de rádio, o Valério me avisou. Fui aprovado para o cadastro de reserva. Nessa época, participava de rádios comunitárias há três anos e já estava na coordenação estadual da Abraço-RS. Iniciei nesta universidade ministrando um curso de extensão que vai para sua quarta edição, no segundo semestre de 2009. Sempre através do Cepos, comecei em dezembro passado a trabalhar como pesquisador, hoje cumprindo 20 horas. Neste projeto, desenvolvemos uma pesquisa de convergência digital, com trabalho de campo na Feitoria. Com a saída de uma professora do curso de comunicação com o semestre já em andamento, me chamaram para dar aula em duas disciplinas.

Filhos - Tenho um filho que nasceu no ano passado, e se chama João Camilo. Minha esposa está grávida novamente, vai nascer, na primeira semana de dezembro, uma menina.

Livro - Gosto de muitos, mas cito *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa.

Filme - *A batalha de Argel*, do italiano Gillo Pontecorvo

Hobby - Embora esteja fora de forma, tenho grau de professor em uma arte marcial tradicional chinesa (Xing Yi). Quando posso, gosto de me reunir com meus alunos e treinar. A escola de luta a que pertencço, durante muito tempo, viveu para desmistificar os mitos, provando na técnica a diferença entre a arte e a fantasia. As aulas são um trabalho comunitário na vila, e no começo, eram ligadas à Pastoral Social.

Política - Fazer política é algo fascinante, é viver a polis, se envol-

ver com os problemas coletivos. Mas a “política” é outra coisa. A única novidade que temos na política profissional brasileira é um governo com trajetória de esquerda que governa por uma linha de direita. A variável que faz a gente ficar “escandalizado” é a publicidade, quer dizer, nós estamos um pouco mais informados. A tradição política da elite política brasileira, magistralmente registrada por Raymundo Faoro em *Os donos do poder*, não difere em quase nada do que a gente vive hoje e acompanha pela mídia eletrônica.

Sonhos - Tenho muitos. Ainda quero participar de um grande semanário de esquerda na Região Metropolitana, retomando a tradição da imprensa alternativa dos anos 1970. Temos de voltar a praticar um jornalismo de esquerda, de alto nível e apelo popular, tanto como forma de denúncia como de interpretação das realidades.

Valores para os filhos - Quero ensiná-los a praticar a humildade, a modéstia de igual para igual, e ser impetuoso e até agressivo com quem detém uma posição de poder, com quem oprime. Outra coisa importante é não ter medo de se doar, de dedicar o tempo da vida privada para causas coletivas.

Unisinos - É uma instituição que tem extremos. Temos na Unisinos desde um lugar como o IHU, e ao mesmo tempo, alunos que não entendem o que é uma universidade, que desejam se formar o mais rápido possível, que se deparam com a pressão da família e do mercado de trabalho. Solucionar essa equação talvez seja o que eu, com apenas seis meses de casa, veja como um desafio para toda a universidade.

IHU - O IHU foi uma grata surpresa. Conhecia o Instituto através do site. Vejo o IHU como um canhão, um centro difusor de ideias que rema contra a maré. Esse Instituto tinha que ser rota de passagem para todo aluno da Unisinos. É com satisfação que contribuo, semanalmente, com dois artigos nas *Notícias do Dia*, publicadas no site do IHU.

Religiões do Mundo

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em parceria com o Escritório da Fundação Ética Mundial no Brasil, promove a exibição de uma série de sete documentários organizados e apresentados pelo teólogo Hans Küng, intitulada **Religiões do Mundo**. O projeto contempla as três maiores correntes religiosas presentes no Planeta: as religiões da sabedoria de origem chinesa (Confucionismo e Taoísmo), as religiões da mística de origem indiana (Hinduísmo e Budismo) e as religiões da profecia de origem no Oriente Médio (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo). A obra foi gravada nas grandes capitais religiosas do mundo, em locais que Küng buscou seguir as trilhas das religiões ao longo de suas histórias e culturas.

Exibições no IHU

As exibições iniciam no dia 10-08-2009 e se estendem até 8-10-2009. Na sala 1G 119, no IHU, a mostra está marcada para as sextas-feiras, das 16h às 18h. Em agosto, o evento ocorre nos dias 07, 14, 21 e 28. Em setembro, as apresentações acontecem nas datas 04, 18 e 25. Todas as sessões serão comentadas por líderes religiosos que irão apresentar as peculiaridades de cada religião.

Gastronomia

Após as exibições comentadas na Unisinos, haverá um momento gastronômico para a degustação de pratos das tradições culturais de cada religião apresentada. A ideia é aproveitar a discussão sobre cada religião específica para ir um pouco além e mostrar aspectos culturais, junto com a gastronomia, explicando o porquê da escolha de determinado alimento, tempero, condimento, qual o valor para aquela cultura, por que a tal religião usou determinado alimento em seus rituais. O evento é uma parceria com o curso de Gastronomia da Unisinos e contará com a presença de chefs e alunos responsáveis. O preço por adesão é de R\$ 15,00. Os cardápios estão disponíveis no sítio do IHU.

Casa de Cultura Mario Quintana e TV Unisinos

A Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, também exibirá os documentários com sessões comentadas às quintas-feiras, das 19h às 21h. Em agosto, os vídeos serão exibidos nos dias 20 e 27. Em setembro, o evento acontece nas datas 03, 17 e 24 e as últimas sessões ocorrem nos dias 1º e 08 de outubro. A TV Unisinos (Canal 32 da Net ou 30 em UHF) exibirá os documentários de 10-08-2009 a 21-09-2009, sempre às segundas-feiras, às 18h.

Mais informações em www.ihu.unisinos.br



Apoio:

